

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas
Departamento de Geografia

Henrique Cagnotto

**O TERRORISMO DA SUSTENTABILIDADE E
SUA INFLUÊNCIA NO VALOR DAS
MERCADORIAS VERDES**

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Augusto Felício

São Paulo

2015

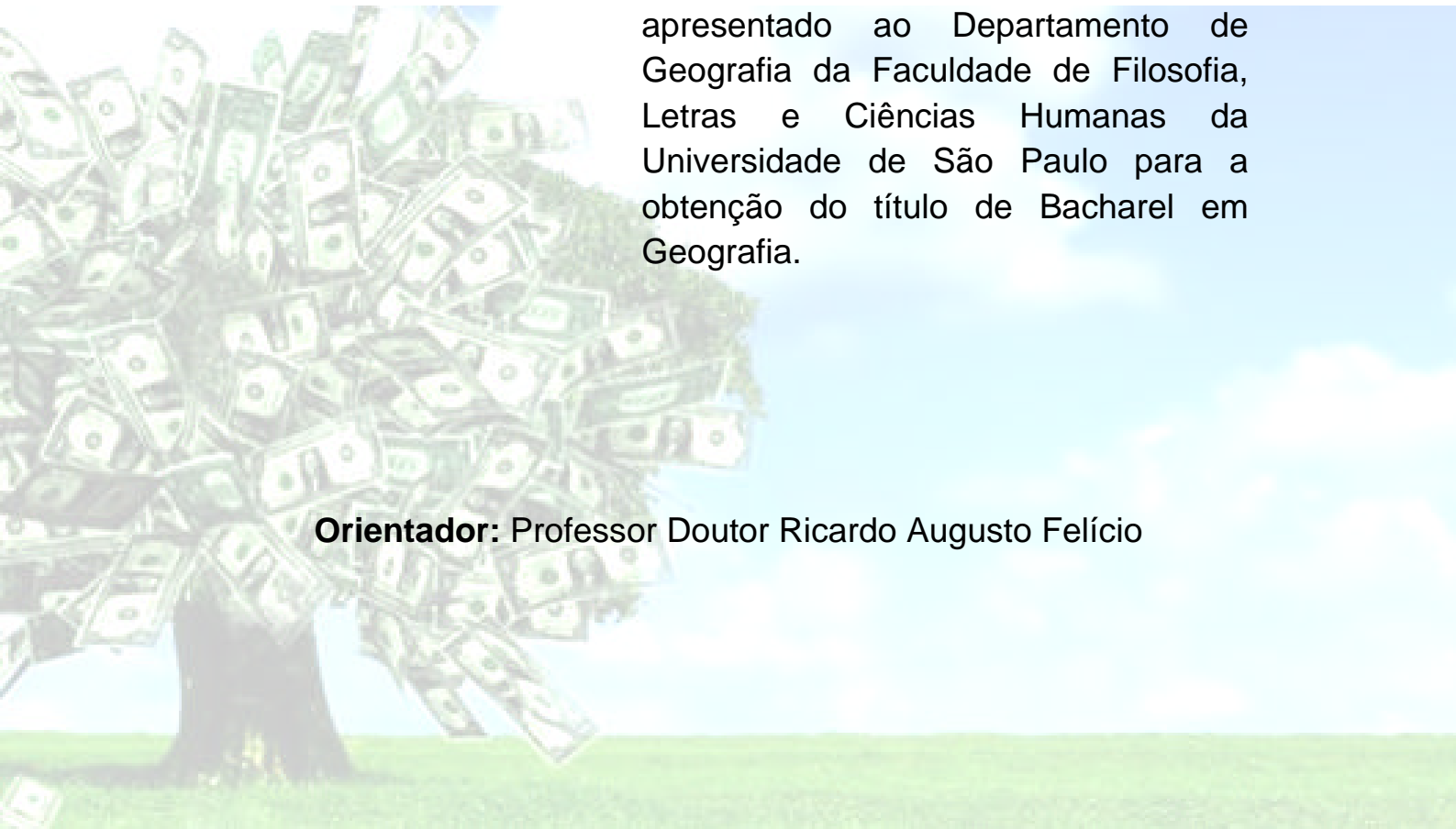
O TERRORISMO DA SUSTENTABILIDADE E SUA INFLUÊNCIA NO VALOR DAS MERCADORIAS VERDES

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Professor Doutor Ricardo Augusto Felício

São Paulo

2015



Henrique Cagnotto

**O terrorismo da sustentabilidade e sua influência no valor das mercadorias
verdes**

Trabalho de graduação individual apresentado ao curso de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo.

Data: ____ / ____ / ____.

Nota: _____

Banca examinadora:

Professor Mestre Guilherme Polli Rodrigues

Professor Doutor José Bueno Conti

Professor Doutor Ricardo Augusto Felício

Agradecimentos

Posso dizer que é difícil dividir os agradecimentos a todos que participaram da minha formação acadêmica nesses seis anos de Departamento de Geografia. Esse dia tão especial, o dia do meu “até logo” à Universidade chegou e não poderia esquecer de deixar minha gratidão.

À minha mãe, Marcia Cagnotto, pela compreensão dos momentos de ansiedade e pela dedicação nos momentos em que mais precisei de uma palavra de apoio.

Aos meus irmãos, Marcio e Daniele, pelas piadas e pelo conforto em momentos em que quase esmoreci.

Ao meu pai, Angelo Cagnotto, por ser eternizado em meu coração e pelos valores éticos e morais que me fez um homem digno. Obrigado por sua presença em todos os meus momentos

Ao meu primo Tiago Cagnotto pelo incentivo em fazer o curso de Geografia.

À minha namorada Carolina, pelos abraços reconfortantes e pelo amor dado nos momentos em que perdi noites de sono com preocupações, bem como minhas ausências em momentos que precisávamos um do outro.

À Ellen Mainardes, por fazer com que o curso de Geografia fosse o melhor que eu poderia ter feito na vida. Você é a amiga que levarei para sempre no coração.

Ao grande amigo e técnico de Laboratório Rogério Rozolen, por todas as ligações e leituras de TGI, bem como as indicações de leitura.

Ao meu querido orientador e amigo Professor Doutor Ricardo Augusto Felício, por acreditar no meu potencial como orientando e como pesquisador, pelas palavras de incentivo, pelos e-mails eternos, pela orientação em momentos em que me senti perdido e pelas risadas. Agradeço pela excelência como docente e como amigo.

"Os limites existem apenas nas mentes distorcidas dos seguidores do malthusianismo e em suas influências na formulação das políticas públicas, em um grande número de países".

Movimento de Solidariedade Ibero Americana - MSla

O terrorismo da sustentabilidade e sua influência no valor das mercadorias verdes.

Resumo: A sustentabilidade é um assunto muito abordado no nosso país. Nesse sentido, há uma parte da nossa constituição federal que é responsável por tratar de temas inter-relacionados que buscam uma preservação ambiental. São eles: a questão social, as Unidades de Conservação, as áreas de proteção ambiental, o papel das ONGs e dos órgãos internacionais.

As leis criadas a partir dessa visão preservacionista, conservacionista e ecológica fazem com que haja uma grande influência nos valores das chamadas mercadorias verdes. A população acaba, portanto, consumindo esses produtos por achar que degrada menos o ambiente, mesmo que não haja correlação entre os temas mais abordados na visão preservacionista, o que faz com que o chamado EcoCapitalismo seja o norteador de ideias e domine a questão ambiental conforme suas vontades. Trataremos no trabalho em tela de questões relevantes ao ambientalismo através de referências bibliográficas e trabalhos de campo, com a finalidade de compreender a trama em que a sustentabilidade envolve o consumidor e o influencia no momento do consumo.

Palavras-chave: Sustentabilidade Ambiental, Ecocapitalismo, Governo Mundial, Mercadorias Verdes, ONGs, terrorismo, certificações

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. BREVE HISTÓRICO SOBRE O AMBIENTALISMO	4
3. O AMBIENTALISMO NO BRASIL	12
4. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O AMBIENTALISMO	27
5. O CLUBE DE ROMA	30
6. O PAPEL DAS ONGS E SUA INFLUÊNCIA NAS LEIS FEDERAIS	35
7. O “GOVERNO MUNDIAL”	72
8. O ECOCAPITALISMO E A ISO 14001	75
9. O CLUBE BILDEBERG	79
10.O TERRORISMO DA SUSTENTABILIDADE E SUA INFLUÊNCIA NO VALOR DAS MERCADORIAS VERDES	84
11. CONCLUSÃO	88
12. ANEXO I: GOOGLE DISSEMINA MENTIRAS CONTRA PRESIDENTE DO MSIA	91
13. REFERÊNCIAS	98

1. Introdução

O ambientalismo utiliza de forças coercitivas, tanto psicológicas quanto armamentistas. Nesse sentido, lidamos com regras oriundas de ideais neomalthusianos, incluídas e amplamente aceitas devido à implantação desse pensamento através do medo. Esse medo é justamente o resultado do trabalho de grandes grupos ligado ao *Establisment*.

Os grandes grupos e ONGs (Organizações não Governamentais) ambientalistas são grandes difusores dos pensamentos conservacionista e preservacionista. Tratados como “mediadores” entre os governos e o ambientalismo, esses grupos conseguem implantar leis que vão de acordo com suas vontades ou necessidades, ou seja, com o que a rede deseja (esta ligada às grandes elites mundiais). Há destaque para a família Rockefeller, Casa de Windsor, Ford Foundation, Greenpeace, World Wide Fund for Nature, International Union for Conservation of Nature (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais), Earth Friends (Amigos da Terra), Instituto Tavistock, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, dentre outros.

Sendo o ambientalismo mais difundido em países mais desestruturados, ele conseguiu se articular com os movimentos sociais. O Socioambientalismo surgiu como em uma intersecção entre esses dois ideais, levando a discussão não a somente um patamar, mas sim utilizando o meio ambiente para satisfazer as necessidades não alcançadas por algumas populações (inclusive tornando-as suscetíveis a serem compradas).

Discorreremos no presente trabalho a estruturação do pensamento ambientalista em nível mundial. Para tanto, mostraremos como se iniciou esse ideal no mundo e seu reflexo no Brasil (consequentemente seu impacto nas chamadas “mercadorias verdes”).

2. Breve histórico sobre o Ambientalismo

Durante a história da humanidade, desde a Grécia, passando por Roma, Idade Média até os dias de hoje, o ambientalismo vem sendo retratado. Essa discussão vem, segundo Rodrigues, G. P. (2012, p. 21), desde Platão e Cícero, com críticas para quem fizesse derrubada de florestas. Nesse sentido é possível perceber que a dimensão das críticas já existentes sobre o domínio e apropriação do Homem sobre os recursos naturais, com a finalidade da reprodução e manutenção da vida humana no nosso planeta, praticamente o assombram por toda sua história.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, sobretudo após 1950, a discussão sobre os problemas oriundos da industrialização ganham força no cenário mundial, dando ênfase às consequências da ação do Homem. Em 1960 o ambientalismo cresce e se torna um tema global. Citando o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) de Rachel Carson (1962), Daniela de Souza Onça (2011) coloca o trabalho como a principal obra fundadora do ambientalismo moderno, que já trazia a tese malthusiana ambientalista e os perigos do uso do DDT, sendo considerada uma obra apocalíptica.

A industrialização alcança locais onde ainda não existia, sobretudo nos chamados “países de terceiro mundo”. Os Estados Unidos se tornam a potência capitalista mais avançada do mundo, enquanto a União Soviética fazia frente a esse modo de produção, sendo que apenas o Estado era o “dono” dos meios produtivos. Essa produção desenfreada do país americano gerou, com a queda da URSS, uma outra vertente para fazer frente aos Estados Unidos e sua forma de produção: o ambientalismo. É comum perceber atualmente que essa questão de uma luta “contra o capitalismo” está muitas vezes vinculada à questão ambiental, ou seja, com a queda da União Soviética o ambientalismo virou uma ferramenta de luta contra o pensamento capitalista.

Com a disseminação do pensamento capitalista no mundo e um consumo supostamente exacerbado, começam as discussões acerca da ação do Homem e do uso dos recursos naturais de forma consciente. Nesse sentido, foi firmado o chamado Relatório de Brundtland – Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*),

que retratou pela primeira vez o conceito de *Desenvolvimento Sustentável*, onde haveria uma busca por um mundo em que houvesse um consumo consciente, pensando nas “gerações futuras” (mesmo que isto conflitasse no desenvolvimento dos necessitados do presente, não lembrados pelo relatório).

A WWF Brasil (*World Wide Fund for Nature*) ONG ambientalista internacional, utilizando a definição de Brundtland, coloca “Desenvolvimento Sustentável” como:

“O desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.”

No pensamento ambientalista existe o chamado “princípio da precaução”. Nesse sentido, nada precisa ser provado cientificamente para que haja medidas necessárias para que uma possível catástrofe seja controlada, mesmo que seja através de leis e sanções. O Relatório Brundtland, publicado no final da década 1980, é uma prova de que esse tipo de pensamento já era utilizado há tempos. Mas a pergunta é: se nada é provado cientificamente, porque a preservação ambiental, bem como as sanções “necessárias” devem ser aplicadas para qualquer pessoa ou empresa que supostamente cause danos ao meio ambiente?

Santilli (2005, p. 31) discorre um argumento “romantizado” sobre o desenvolvimento sustentável:

“O relatório Brundtland destaca os três componentes do novo modelo de desenvolvimento sustentável: proteção ambiental, crescimento econômico, e equidade social. Verifica-se que o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ cunhado pelo referido relatório já incorporava não só o componente ambiental como também o componente social do desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento deveria ser não só ambientalmente sustentável como também socialmente sustentável e economicamente viável. O conceito de desenvolvimento sustentável coincide historicamente com o apoio nacional e internacional ao movimento dos povos da floresta (índios e seringueiros) pela conservação da floresta amazônica e sua articulação com a conservação ambiental”.

É importante perceber como a noção de desenvolvimento sustentável busca influenciar a população através das questões sociais. Embora haja um pensamento de preservação dos recursos naturais, tudo gira em torno da falta de infraestrutura e condição deplorável de vida em que a população de muitos países, como o Brasil, está inserida. Vemos, nesse caso, que há uma submissão da população às vontades de grandes grupos internacionais devido às falhas de investimento dos países naquilo que realmente é necessário: indústria, moradia, emprego, alimentação, saúde, etc, bem como a completa ausência do Estado nestas regiões.

Segundo Rodrigues, G. P. (2012, p 23), existe ainda contradição no próprio ambientalismo sobre o Relatório Brundtland (1987).

“Tal documento é visto com ressalva por alguns grupos ambientalistas, em virtude de ter incluído como problemas ambientais a pobreza, a dívida externa e, principalmente por não contrariar o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, visto por estes grupos como um grande causador de degradação ambiental”.

Santilli (2005) argumenta que a questão ambiental, sobretudo no Brasil, tomou rumos em que se vinculou fortemente com a questão social. Ou seja, para ela é essencial atrelar o ambientalismo com movimentos sociais atrelados à terra, como demarcações de terras indígenas (muitas vezes apoiados por ONGs ou grupos internacionais, como o CIMI – Conselho Indigenista Missionário), movimento por moradias (como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), populações ribeirinhas, dentre outros, havendo “alianças” entre movimentos sociais e ambientalismo. Ainda para a autora, o pensamento ambientalista surgiu nos países ricos, antigas metrópoles, para depois se espalhar para os países mais pobres, antigas colônias. No Brasil, o Socioambientalismo surgiu na década de 1980 e já trazia traços da configuração que se instauraria de caos e oportunismo. A imagem mais forte nesse período foi a de Chico Mendes. Podemos perceber, portanto, que o movimento ambientalista se aproximou de grupos para mobilizar dentro do próprio território nacional, buscando uma desestabilização, utilizando a pobreza e falta de estrutura como ferramentas para a instauração desse pensamento ideológico.

A década de 1970 possui dois fatos que a marcaram: O relatório do Clube de Roma e a Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Humano. O relatório foi baseado em um modelo de computador que mostrava uma possível exaustão e o aumento da poluição em nível global em função de uma quantidade de habitantes supostamente exorbitante no planeta Terra. Ainda haveria um colapso no sistema econômico, da indústria e da agricultura em 100 anos, sendo a saída para isso o crescimento econômico nulo (Rodrigues, G. P. 2012, p.24). Houve, nesse sentido, um choque e divisão mais acentuada entre os países desenvolvidos (maiores poluidores) e os países em desenvolvimento (maiores populações). A grande discussão que deveria ter sido levantada é: sendo a natureza e seus atributos tão variáveis e inconstantes, como criar um programa capaz de levar em consideração todos os elementos necessários para fazer um prognóstico de um possível colapso futuro? Como um modelo (linear) seria capaz de resolver todas as questões ambientais (não lineares)? Todo modelo pode ser manipulado segundo a vontade de seu idealizador, então nada mais do que certo de colocar essas questões em discussão, já que possivelmente poder-se-ia favorecer a alguém que quisesse implementar a ideia de que o planeta está cada vez mais chegando perto de seu fim.

Carrasco (2008, p. 50) deixa claro o pensamento do Clube de Roma:

“Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população como da capacidade industrial”.

A Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Humano foi uma reunião que ocorreu em Estocolmo, na Suécia, em 1972, que ficou marcada por ser um marco nas questões ambientais, estabelecendo uma agenda global, criando o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e gerando a Declaração de Estocolmo. Nesse sentido, foram criadas diversas resoluções legais pelo mundo sobre desenvolvimento e meio ambiente (Rodrigues, 2012 p. 25).

Na década de 1960 os países em desenvolvimento já colocavam em xeque as ideias ambientalistas, com argumentos de que esse tipo de programa legal faria com que houvesse um freio em seus planos de desenvolvimento, já que a industrialização começou a se difundir no mundo naquele momento. Contudo, atualmente vemos que esse tipo de preocupação ficou em um segundo plano, já que a difusão do pensamento preservacionista foi grande, agregado à ação de ONGs e grupos do *establishment* americano e europeu, que descreveremos em capítulos posteriores.

Na Conferência das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Humano foi muito discutida a ideia referente às áreas de preservação com o intuito de compensação da poluição emitida pelos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento não aceitavam essa nova imposição, mas essa visão se alterou completamente (igual ao chamado protocolo de Kyoto).

Rodrigues, G. P. (2012, p 27) mostra em seu trabalho que o movimento ambientalista se divide em várias correntes, mas foca em duas: o Antropocentrismo Tecnocêntrico Neoliberal e Ecocentrismo Ambientalismo Radical. O autor ainda diz que:

“A primeira [Antropocentrismo Tecnocêntrico Neoliberal] acredita na superação da crise ambiental pelo desenvolvimento científico e tecnológico; a segunda [Ecocentrismo Ambientalismo Radical] acredita na hipótese de Gaia, segundo a qual eventos como chuva-ácida, efeito estufa antrópico e buraco na camada de ozônio representem a prova de que a humanidade já ultrapassou todos os limites aceitáveis para a preservação da vida, indicando como solução o baixo, ou nulo, crescimento econômico, controle populacional e maior importância ao capital ‘moral e cultural’”.

O Brasil, por exemplo, tomou para si o ambientalismo de forma mais concreta a partir da década de 1970, devido aos chamados projetos desenvolvimentistas para o país. Nesse período o país instalou em seu território grandes empresas e desenvolveu a questão do transporte. Esses projetos foram vistos pelos ambientalistas da época como poluidores, existindo grandes movimentos contrários, baseados na defesa da Natureza contra a ação do Homem, lutando a favor da

preservação dos recursos naturais e reservas de matéria-prima, para utilizá-los futuramente.

Santilli (2005, p. 27) registra em seu trabalho a passagem referente à esse período, colocando em seus argumentos o que os próprios ambientalistas da época expunham.

"O regime militar iniciado com o Golpe de 1964 e a forte repressão política aos movimentos sociais geraram uma desmobilização da cidadania e, conseqüentemente, das iniciativas conservacionistas. De 1964 a 1984 não havia espaço político e democrático para discussão e avaliação de impactos ambientais provocados por obras e projetos de interesse do governo militar".

As questões ambientais, no período militar, deveriam ter sido levados em consideração para a estruturação do país, segundo a autora. Outras críticas, como a construção da usina de Itaipu (maior hidrelétrica do Brasil), Petrobrás (maior empresa estatal), projetos de usinas nucleares, dentre outros, são feitas pela autora em seu discurso. Como um país como o Brasil poderia passar pelo século XX sem ter uma obra de infraestrutura mínima para sua população? Como um país de quase 200 milhões de pessoas poderia hoje se desenvolver se não tivesse em seu território energia elétrica ou fontes de energia? Vemos, nesse sentido, que para a autora o país deveria sim ter permanecido isolado da civilização.

Um marco importante para o ambientalismo mundial foi a Eco-92 (Rio-92), resultando na chamada Agenda 21, que foi um desdobramento do encontro ocorrido em 1972, em Estocolmo. Os países signatários adotaram medidas para atingir o chamado "Desenvolvimento Sustentável", fazendo com que o Homem pudesse utilizar os recursos de uma forma mais consciente. Dessa forma, Rodrigues (2012, p 28) detalha a Agenda 21:

"Nesta agenda, as nações signatárias detalharam um plano para atingir o desenvolvimento sustentável de forma a afastar os países do desenvolvimento predatório, considerado baseado no modelo de produção capitalista; Também foi estabelecida a Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança no Clima (UNFCCC, na sigla em Inglês)".

A partir dessa reunião, inicia-se a ideia de que a soberania dos países deveria ficar em um segundo plano quando falamos na questão ambiental. Nesse sentido, haveria a necessidade de criar uma entidade supranacional responsável pela administração e gestão do mundo e dos recursos naturais. Estulin (2008) discorre em sua obra “*Máfia Verde*” como a ideia de um Governo Mundial começa a ser estruturada nesse período a partir da ideia do fim da soberania das nações, onde os países deveriam deixar a administração nas mãos dessa organização (no caso a ONU) e, quando necessário, deveria ter até uma intervenção militar para controlar os “rebeldes”.

A Rio-92 teve grande importância para a expansão do ambientalismo no mundo, já que grande parte dos temas não abordados em Estocolmo foram colocados em debate. Nesse período, por exemplo, a ONU e as ONGs ganharam força na gestão e administração de grandes países, como o Brasil, mesmo não tendo sido escolhidos pelo povo para essa “missão”, portanto ilegítimos.

Sobre o chamado Direito Ambiental, Rodrigues (2012, p.30) mostra que os Estados recebem o *status* de responsáveis pela emissão dos poluentes e pelos danos causados aos demais.

“Entre os novos princípios adotados pelo Direito Ambiental está a responsabilidade ambiental dos Estados. Ou seja, o Estado poluidor é responsável pelo prejuízo que causar aos demais. Segundo, é a solidariedade entre gerações, pela qual os Estados se obrigam a abandonar políticas de desenvolvimento não sustentável. Terceiro, e de extrema importância, é o princípio da precaução”.

O princípio da precaução já vinha sendo aplicado, mesmo que não estivesse explícito. Na verdade, esse princípio norteia os pensamentos ambientalistas desde sua gênese, já que o ser humano deveria zelar seu crescimento devido a um “bem maior”. Ou seja, deveríamos pensar no interesse dos grandes “cientistas” e de grandes empresas, que buscam quebrar o crescimento das nações devido a um pseudo-aquecimento global, pseudo-desertificação, pseudo-fim dos recursos naturais e etc. Nesse sentido, vemos um ambientalismo tendencioso, que busca influenciar o pensamento da sociedade a favor das grandes empresas e organizações, fortalecendo monopólios e concentrando poder.

Essa ideia do princípio da precaução ganhou muito espaço nos debates sobre o meio ambiente. Atualmente algumas leis, como a de emissão e controle de poluentes, que busca uma redução da emissão e gerenciamento de CO₂ na atmosfera, foram sancionadas a partir desse princípio, ausentando-se as provas científicas de um real aquecimento global antropogênico.

“[...] a comunidade internacional passou a aceitar crescentemente o princípio da precaução, segundo o qual atividades que constituíam supostas ameaças à humanidade podem ser restringidas, sem que se chegue a uma certeza científica. Esse ponto é de extrema importância, pois se percebe que em função da causa ambiental alterou-se um dos princípios básicos do Direito, invertendo-se o ônus da prova. Em outras palavras, o sujeito é culpado – e sua atividade proibida – até que se prove o contrário” Rodrigues G. P (2012, p. 31)

Nesse sentido, é possível perceber que o sujeito, mesmo que não seja comprovado, é o autor dos atuais desastres que acontecem no mundo. A ideia do princípio da precaução é, portanto, tendenciosa, já que busca uma aceitação através de uma coerção psicológica. Legisla-se por princípios e não por leis.

A partir do princípio da precaução e do desenvolvimento das ideias preservacionistas surge o princípio das responsabilidades comuns dos Estados. Esse ideal mostra que devemos dividir equitativamente as responsabilidades para proteger os recursos globais entre os países envolvidos. Nesse sentido, todas as nações envolvidas deveriam agir para que os recursos naturais do mundo não fossem esgotados. Portanto, os patrimônios mundiais começam a ser fiscalizados de perto por organizações internacionais, tirando a autonomia das nações de gerir seu território. Exemplo disso é a Amazônia Legal, que pode deixar de pertencer ao Brasil e ser um patrimônio mundial.

A legislação ambiental internacional, conhecida como *soft-law*, não obriga necessariamente, através de sanções legais, as pessoas a agirem de maneiras desejadas por ela. Contudo, através de uma “causa declarada” todos seguem uma mesma tendência, afim de que um bem maior, como a preservação dos recursos naturais, seja mantida. Através do poder executivo, força-se a criação de leis que gradativamente cerceiam os direitos civis da população em prol da causa ambiental.

O ambientalismo mostrou sua face durante o processo pós-guerra, sobretudo na década de 1950 e 1960. O desenvolvimento dessas ideias ambientalistas mostram como há uma doutrinação através do medo, um medo de um pseudo fim dos recursos naturais, das alterações climáticas, do aumento do nível do mar, dentre outros que estão corriqueiramente sendo difundidos no mundo.

O terrorismo sustentável começa a se estruturar através de ideias de que “devemos preservar nossos recursos para que as gerações futuras possam utilizá-los”, com um discurso criado por países ricos, juntamente com os grandes empresários e políticos, para frear o desenvolvimento industrial nos países mais marginalizados.

Desta forma, somos reservas. Reservas a serem exploradas pelas grandes elites corporativas, apoiadas pelo poder das ONGs internacionais (Earth Friends, Greenpeace, WWF) e as nacionais (controladas pelas ONGs internacionais).

3. O ambientalismo no Brasil

É indiscutível que o Brasil é um dos grandes centros do ambientalismo no mundo graças às fortes raízes criadas e fixadas no nosso país pelas grandes potências mundiais (principalmente com as ONGs e grupos estrangeiros em favor ao ambientalismo). Nesse sentido, nada mais significativo para fortalecer esses laços, como criar reuniões ambientalistas, como a Rio 92 e a Rio+20, bem como possuir partes específicas em sua CF (Constituição Federal) que tenham o ambientalismo como foco.

Carrasco (2008, p.11) faz uma reflexão referente ao papel das potências mundiais durante a celebração dos 500 anos de descobrimento do Brasil, criticando o chamado ‘governo mundial’, mostrando o papel desses países na constituição do pensamento ambientalista dentro das nações ibero-americanas, mas que poderia ter sido estendido a outras:

“Trata-se de uma campanha falaciosa, meticulosamente articulada pelos centros de inteligência oligárquicos anglo-americanos, para destruir deliberadamente a auto-estima das nações ibero-americanas, induzir-lhes um sentimento de culpa e fazer com que seus povos pensem que são incapazes de lidar com os seus próprios problemas,

aceitando o destino de ser recolonizados sob as bandeiras da ‘globalização’, que tais grupos pretendem passar como um fenômeno histórico inexorável”

Como citado no capítulo anterior, o ambientalismo não teve grandes influências em períodos anteriores no Brasil, sobretudo após o golpe de 64. Foi nesse período em que as grandes indústrias brasileiras, como a Petrobrás, se desenvolveram e ainda hoje são responsáveis por grande parte da economia brasileira. O movimento ambientalista estava presente, lutando contra o desenvolvimento do país que foi, com o apoio dos militares, um salto para a estruturação e posicionamento do Brasil no mercado internacional.

Nesse sentido, devemos nos ater à seguinte questão: qual o interesse do Brasil e qual a influência das grandes nações, bem como as ONGs e órgãos internacionais, na chamada “preservação ambiental” e nas leis ambientalistas? Para entender esse tipo de colocação, faz-se necessário entender que o interesse, exposto e discutido por Carrasco em *“Máfia Verde 2: Ambientalismo, Novo Colonialismo”*, em um chamado “Novo Colonialismo” baseado nas imposições ambientalistas, atrelado aos interesses de uma quebra do desenvolvimento das nações menores. Ou seja, as grandes nações desejam, através de leis e sanções contra os países subdesenvolvidos, interromper o desenvolvimento econômico e social das nações mais pobres (Teoria da Tríade). Portanto, as leis ambientais impostas deveriam ser acatadas por todas as nações signatárias de acordos, como a Eco-92 e a Rio+20.

José Lutzenberger

Com a chegada de Collor ao poder, com a primeira eleição direta após a Ditadura Militar, duas figuras ganham destaque na introdução do pensamento ambientalista no Brasil: José Lutzenberger (secretário de meio ambiente) e José Goldemberg (secretário de Ciência e Tecnologia).

Lutzenberger foi um agrônomo que trabalhou “a favor da Natureza” após trabalhar na indústria química BASF. Trabalhou com o pensamento e dogmas malthusianos. Publicou a obra *“Fim do Futuro? – Manifesto Ecológico Brasileiro”*, onde fazia uma correlação direta entre o desenvolvimento da população e o aumento dos problemas ambientais. Ou seja, o aumento da população seria o

principal responsável pelo esgotamento do nosso planeta, havendo um desequilíbrio. Ainda critica e expõe, segundo Carrasco (2008), certo desprezo pelo crescimento humano.

Citando Lutzenberger, Carrasco (2008, p. 156) explana em “*Máfia Verde – O ambientalismo a serviço do Governo Mundial*” a verdadeira aversão ao desenvolvimento praticado pelo ex-secretário de meio ambiente:

“De nada servem os demais controles se continuarmos comportando-nos como bactérias. Devemos não somente promover e tornar acessíveis a todos, especialmente aos pobres, os métodos contraceptivos, mas necessitamos de uma verdadeira política demográfica, uma política que parta não de uma economia exponencialmente crescente, mas da sustentabilidade... O dogma do crescimento terá de ser substituído por outro dogma... Podemos chama-lo como queiramos – equilíbrio, estabilidade, sustentabilidade - desde que o objetivo seja o abandono da exponencial pelo comportamento disciplinado...”

Ou seja, devemos obrigar, através de um método opressor de controle de natalidade, a população a seguir um dogma malthusiano para o não esgotamento do nosso planeta, mesmo que isso não seja provado cientificamente. Para Lutzenberger essa política demográfica, mesmo que vá contra os direitos do Homem de ter a sua vida e fazer dela o que quiser, salvará o mundo de um possível colapso. É importante salientar que Lutzenberger compara os seres humanos a bactérias, sendo que o Homem usa seu pensamento criativo para resolver problemas de sobrevivência, enquanto as bactérias são desprovidas de cérebro (ele cai em contradição).

O autor ainda dá uma receita para a chamada economia sustentável.

“Durante talvez dois milhões de anos, durante 99 por cento da história, a espécie humana praticou um estilo de vida... Neste modo de vida, vivendo da caça e da coleta, o homem se encontra perfeitamente integrado em seu ambiente natural; não tem os meios e, o que é mais importante, não tem a ambição de destruir o mundo natural da qual se considera apenas parte. Neste convívio, a Natureza pouco ou nada sofre, uma vez que o tributo que o homem lhe extrai não ultrapassa a sua capacidade de regeneração. Por isso mesmo, este estilo de vida é perfeitamente

sustentável, o que comprova a sua longevidade. Não há explosão demográfica e não há degradação ambiental” (Lutzenberger, Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro. Movimento/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1978).

Segundo esse pensamento, a forma em que a sociedade conviveria com a natureza sustentavelmente seria voltar aproximadamente mais de 12 mil anos, retornando ao paleolítico, afim de praticar a atividade da caça e coleta. Para o autor em questão, com pensamentos radicais sobre a modernidade e tecnologia, utilizando de pensamento que vai contra a evolução do Homem como espécie, somente o resgate à esse período salvaria e equilibraria nosso planeta.

Por ter esse tipo de pensamento, Lutzenberger se aproximou da Fundação Gaia de Londres no final da década de 1980. Desde sua visita à fundação, em sua sede na Inglaterra, ele virou representante desta no Brasil, recebendo financiamento da fundação, tornando-se então difusor da Hipótese de Gaia.

A Hipótese de Gaia, encabeçada pelos biólogos James Lovelock e Lynn Margulis, mostra a Terra como um ser vivo, sendo a raça humana um vírus que a ameaça. Ambos autores fazem parte da chamada *New Age (Nova Era)*. Em síntese, essa “Nova Era” tem como característica a fusão de ensinamentos metafísicos (linhas teológicas, crenças espiritualistas, animistas e paracientíficas), buscando uma consciência moral, psicológica e social com integração com o meio, natureza e cosmos. De tão vinculado ao espiritual, podemos notar que a questão científica deixa de figurar, tendo a Nova Era um foco somente nas questões naturais e nos misticismos.

Em 1990 Lutzenberger foi convidado pelo príncipe Charles a visitá-lo em Londres. O ex-secretário de Collor compartilhava, segundo Carrasco, da visão holística do príncipe, que o convidou a participar do movimento “agricultura natural”, promovida pelo grupo Earth Friends (Amigos da Terra). É importante salientar que o Príncipe é proprietário de grandes latifúndios na Inglaterra.

Lutzenberger, como Secretário do Meio Ambiente (com *status* de Ministro), mostrou sua relação com as oligarquias verdes internacionais, freando projetos

(como a conclusão da BR-364 [inicia-se em Limeira, passando por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre]) e colocando em “xeque” a ideia de uma soberania nacional quando o tema fosse o meio ambiente.

Outra briga do ex-Secretário do Meio Ambiente foi contra o então governador de Rondônia, Jerônimo Santana, que o acusou de trabalhar contra os interesses nacionais, induzindo o Banco Mundial a adiar a votação de um empréstimo de 200 milhões de dólares para o Projeto de Manejo dos Recursos Naturais de Rondônia (Carrasco, 2005, p. 158). Carrasco ainda diz que:

“Em nota à imprensa, divulgada pelo jornal O Estado de São Paulo de 10 de abril de 1990, Santana afirmou que Lutzenberger ‘está fazendo o jogo das multinacionais, que tentam impedir o desenvolvimento da Amazônia e, para isso, utilizam pseudo-entidades ambientalistas, aliás, patrocinadas pelas multinacionais’”.

Jerônimo Santana percebeu já naquele período que os interesses nacionais estavam aquém das vontades das grandes nações e, conseqüentemente, das elites mundiais. Nesse sentido, as ONGs e organizações mundiais, através da imagem de pessoas como Lutzenberger, controlam e vetam projetos desenvolvimentistas a favor das vontades das elites. O ex-Secretário atendia, nesse contexto, vontades alheia à nação e trabalhava contra o país em favor de um projeto já do possível “governo mundial”.

Apesar de Lutzenberger ser um dos principais nomes do ambientalismo da sua época, o documento da Fundação Gaia *“A vida e a obra de José Lutzenberger, o principal ambientalista do Brasil”* de 1988, expôs seus pensamento e as atividades, bem como as quantias recebidas, mostrando como o *Establishment* controla e manipula o movimento ambientalista em benefício próprio.

Carrasco descreve as principais consequências da época:

“Em agosto de 1991, o documento foi encaminhado pelo correspondente da revista Executive Intelligence Review [EIR] no Brasil, Lorenzo Carrasco, ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito [CPI] do Congresso que investigava as ameaças de internacionalização da Amazônia, deputado Átila Lins, que o divulgou com grande repercussão. No dia 20 do mesmo mês, Carrasco depôs na CPI e complementou as

denúncias, contra Lutzenberger com uma ampla exposição sobre as motivações e a estrutura do movimento ambientalista internacional. A repercussão das denúncias levantou uma onda de indignação contra o secretário, fazendo com que os integrantes da CPI pedissem a sua demissão”.

Lutzenberger, após a exposição do documento em questão e vínculos com a Monarquia britânica, ligou para o escritório da EIR em 27 de agosto, travando uma discussão com Lorenzo Carrasco. Mesmo após ser confrontado sobre suas ideias, negou um debate público sobre sua posição com o jornalista (Carrasco, 2008).

Em 18 de setembro foi convocado para depor na CPI. Ele menosprezou o trabalho dos parlamentares e de suas denúncias, considerando uma “piada” as preocupações sobre a internacionalização da Amazônia (Carrasco, 2008). Vemos como as ideias de Lutzenberger reflete no cenário presente na Amazônia atualmente. Mesmo que não haja uma internacionalização aberta, os casos da presença e controle do local por parte das ONGs internacionais é gritante, tendo elas grandes propriedades através de “parcerias” com as populações tradicionais e controle total da região (inclusive para o tráfico de animais silvestres e desmatamento), além dos chamados “proprietários laranjas”.

Lutzenberger ficou no cargo até 1992, pouco tempo antes da Rio 92. Foi demitido por Collor após denúncias de corrupção contra o IBAMA. Para seu lugar foi chamado José Goldemberg.

José Goldemberg

Goldemberg foi um nome importante para a consolidação do ambientalismo no Brasil. Físico formado, ganhou notoriedade na década de 1970 na oposição da comunidade científica brasileira ao programa nuclear brasileiro, em especial com a Alemanha. Essa luta contra o programa nuclear o fez se aproximar da chamada “Nova Ordem Mundial”, promovendo o ambientalismo e as restrições tecnológicas (desenvolvimentistas).

Goldemberg produziu seu livro “S.O.S. Planeta Terra – o efeito estufa” com informações e dados incorretos. Através das conclusões que chegou, lutou contra o

chamado “efeito estufa”, apoiando a aplicação de impostos sobre a produção e derivados do carbono.

Em 1990 concluiu o então mandato de reitor da Universidade de São Paulo (USP). Nesse período começou a prestar serviço e divulgar as ideias do *Establishment* oligárquico. Foi convidado por Yevgeny Velikhov, cientista físico russo, e outros soviéticos a integrar a junta diretora do Fundo Internacional para a Sobrevivência e o Desenvolvimento da Humanidade, que buscava criar um foro de debates leste-oeste com discussões malthusianas-ambientalistas. Participou também do Foro Global de Líderes Espirituais e Parlamentares para a Sobrevivência Humana, onde foi convidado pela ONG internacional *Greenpeace* a escrever um capítulo do livro *Global Warming*, publicado no ano seguinte ao foro pela organização, criando um processo de propagandas em favor das hipóteses catastrofistas sobre o fenômeno em questão e das medidas de controle de emissão para minimizá-lo, das quais Goldemberg se mostrou adepto.

Carrasco (2008, p. 160) mostra uma discussão em sua obra referente a um artigo publicado por Goldemberg no ano de 1989. Nesse artigo, o autor discute um possível abatimento da dívida externa em apoio a preservação da floresta.

“Emblemático das ideias de Goldemberg é um artigo publicado pelo jornal Folha de S. Paulo (29/01/89), intitulado ‘Amazônia e seu futuro’. Nele, Goldemberg pergunta: ‘Se for possível converter parte da dívida externa em apoio a tais medidas (proteção da Floresta Amazônica - n.a), por que não usar desse instrumento?’ Em seguida, ele mesmo propõe: ‘Cálculos preliminares mostram que cerca de 30% da Amazônia poderiam ser convertidas em parques e/ou áreas protegidas com um dispêndio de US\$ 3 bilhões (atualmente [1989] só 2% da Amazônia são parques nacionais). Três bilhões de dólares é menos do que três por cento da nossa dívida externa. Não nos parece nenhuma perda de soberania aceitar esses dólares, o que aliás seria uma forma de testar a sinceridade (ou hipocrisia) de senadores e outras autoridades da floresta amazônica”. Carrasco

Está claro para o autor que esse seria um jogo por parte do ambientalismo. “Vender” a Amazônia e torna-la composta por parques e/ou áreas protegidas faria com que nossa floresta estivesse em mãos das grandes elites ambientalistas

mundiais, tendo como compensação um valor em dólares que não chega a 2% da dívida externa atual. Esse seria também um início da perda de soberania do Brasil, já que os países mais ricos conseguiriam ter o controle de uma grande área do nosso país.

Em 1990 Goldemberg foi nomeado para o gabinete de Collor e para integrar o conselho da Leadership for Environment and Development (LEAD) pela Fundação Rockefeller. Essa organização buscava formar as chamadas “lideranças ambientais” em países-chaves para o *Establishment* anglo-americano. Devido a esse propósito, em uma década o programa treinou milhares de profissionais para atender e divulgar o ideal malthusiano-ambientalista em postos governamentais, empresariais e acadêmicos.

Ainda em 1990, ampliou seu vínculo com o movimento ambientalista. Foi indicado para o conselho diretor do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD), ONG baseada em Winnipeg (cidade canadense), tendo como companheiro Maurice Strong, homem de “negócios” especializado em petróleo e recursos minerais.

No governo brasileiro um dos primeiros alvos de ataque de Goldemberg foi o programa nuclear brasileiro. Collor lançou simbolicamente uma pá de cal num poço existente no campo de provas da aeronáutica em Cachimbo (PA), que supostamente serviria para testes de artefatos nucleares. Em sua companhia estava Lutzemberger e Goldemberg.

Em outubro de 1990 foi publicado pelo jornal *The New York Times* uma entrevista com Goldemberg, que revelou a existência de um relatório confidencial de 50 páginas a respeito do projeto de uma bomba atômica brasileira, o qual foi entregue ao então presidente Collor. Ele denuncia o ex-presidente da Comissão Nacional da Energia Nuclear (CNEN) Rex Nazaré Alves e o brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, ex-diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) como os responsáveis pelo programa, denominado “Programa Solimões”.

Foi um dos primeiros a propor que os países do G-7 financiassem um programa para a conservação da Floresta Amazônica. Esses países deveriam conceder ao Brasil ajuda de US\$ 2 bilhões por ano para projetos de reflorestamento.

Na década de 1990 foi pioneiro no sentido de mudar a matriz energética brasileira (baseada predominantemente na energia hidrelétrica), dando maior ênfase ao chamado gás natural. Durante sua gestão se empenhou na construção do gasoduto Bolívia-Brasil, o que só veio a ocorrer no Governo FHC.

Em 1991 Goldemberg recebeu nos Estados Unidos o Prêmio Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, devido suas propostas sobre políticas dos países em desenvolvimento frente às supostas “mudanças climáticas”.

Em maio de 1991 a Fundação Rockefeller colocou Goldemberg à frente de uma nova fundação internacional, que tinha como intuito promover a adoção de novas fontes de energia nos países em desenvolvimento. Nessa mesma ocasião, expôs novamente sua indignação e insatisfação com os rumos do debate internacional em torno da assinatura de um tratado internacional para o controle das mudanças climáticas, previsto para a Conferência de 92 (Eco 92), devido à oposição de alguns países.

Durante todo o período em que participou do governo de Collor, Goldemberg atuou com eficiência em favor do *Establishment* oligárquico. Sua grande influência fez com que o Brasil aderisse a todos os acordos internacionais elaborados para o chamado “Governo Mundial”, tanto na área do Meio Ambiente quanto na área científico-tecnológica. Dentre as ações, destaca-se: Protocolo de Montreal; o Tratado de Tlatelolco; de banimento de armas nucleares na América Latina; o Acordo Quadripartite de Salvaguardas Nucleares, que promoveu a criação de uma agência argentino-brasileira para fiscalizar as atividades nucleares dos dois países; fez acenos para a adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, efetivado no governo FHC, que afetou diretamente a Avibras (companhia brasileira que projeta, desenvolve e fabrica produtos e serviços de defesa).

Através das análises efetuadas, podemos perceber que, tanto Lutzenberger, quanto Goldemberg, tiveram grande importância para a constituição e fixação do pensamento ambientalista no Brasil. O governo de Collor foi de suma importância nesse contexto, já que foi nele que a semente ambientalista foi plantada na cabeça de todos, manipulando-os em favor de uma elite oligárquica. Nesse sentido, podemos dizer que foram os “pais” do ambientalismo no Brasil, dada sua importância para a criação de leis e aproximação do governo brasileiro com o *Establishment* anglo-americano.

Fernando Gabeira

O escritor, jornalista e ex-deputado federal Fernando Gabeira é um nome muito citado por Santilli (2005) em sua obra. Para a autora, Gabeira é um dos grandes nomes do ambientalismo atualmente, já que ajudou a implementar várias leis, como as do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Vinculado ao PV (Partido Verde), as ideias preservacionistas e conservacionistas se fizeram presentes durante sua vida política, visto que é considerado “atento às questões ambientais, culturais e éticas”, segundo sua própria biografia.

Santilli (2005, p. 118) mostra a contribuição de Gabeira na implementação das leis do SNUC. Para Gabeira, as Unidades de Conservação deveriam ter como objetivo também:

“a valorização social e econômica da diversidade biológica; a proteção às fontes de alimento, os locais de moradia e outras condições materiais de subsistência de populações tradicionais, respeitando sua cultura e promovendo-as social e economicamente; a proteção e o estímulo ao uso costumeiro de recursos biológicos, de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação e uso sustentável; a proteção e a valorização do conhecimento das populações tradicionais, especialmente sobre formas de manejo de ecossistemas e uso sustentável dos recursos naturais”.

Incluem-se também como orientação do SNUC:

“assegure a participação das comunidades locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; incentive as comunidades locais e as organizações

privadas a participar da gestão das unidades; garanta às comunidades locais, cuja substância dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades, o acesso controlado a esses recursos, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos; assegure a justa equitativa distribuição dos custos e dos benefícios decorrentes da criação das unidades entre a sociedade em geral e as populações locais afetadas”

As ideias de Gabeira encabeçaram novas leis para a utilização das Unidades de Conservação no Brasil. Elas deveriam servir e auxiliar as populações locais, mantendo uma relação “pseudo-harmoniosa” entre o Homem e a Natureza.

Contudo, é possível perceber como o movimento ambientalista articula-se para manipular a população através das condições deploráveis de vida e falta de infraestrutura. O apelo para as questões sociais faz com que esse pensamento conquiste cada vez mais adeptos. Essas pessoas não aceitam esse ideal por concordarem ou por aceitarem como uma verdade, mas sim por satisfazerem, mesmo que de forma irrisória, as necessidades básicas.

Uma questão a ser abordada é: para quê e para quem serve o ambientalismo? Grandes empresas, como a Votorantim, possuem direito de exploração de grandes Unidades de Conservação e Florestas Nacionais, não importando os impactos causados nos locais. Nesse sentido, é necessário repensar as ideias de Gabeira e saber para quem a lei é direcionada. É interessante notar como tais leis abrem lacunas para que tais áreas sejam exploradas por capital privado, ao mesmo tempo que usam a população local como mão de obra em condição de subdesenvolvimento.

Foi através de Gabeira que o ISA (Instituto Socioambiental) levou ao governo brasileiro a proposta da criação das reservas indígenas. Santilli (2005, p.166) diz que a proposta foi rejeitada inicialmente, já que havia divergências entre setores do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e algumas organizações indígenas. A autora diz que:

“A proposta de criação da reserva indígena de recursos naturais se distingue das demais unidades de conservação porque pressupõe a concordância e a participação dos povos indígenas, detentores dos direitos de posse permanente sobre seus territórios e de usufruto exclusivo sobre seus recursos naturais. Mais que isso, a própria viabilidade prática e sustentabilidade política depende do envolvimento e de parcerias com os novos indígenas, a quem as iniciativas de conservação ambiental devem se aliar, e não antagonizar”.

O projeto em questão, que seria implementado somente com a aceitação dos indígenas, tinha uma ideia conservacionista, que utilizava como base o socioambientalismo, o que mostra como o movimento ambientalista é contraditório. Embora coloque que não deveria existir um antagonismo, todos são obrigados a tomar para si o pseudo “pensamento verde”. O caso que mais explicita isso é a Reserva Raposa Serra do Sol. Carrasco (2008) mostra em sua obra que os indígenas, que viviam e trabalhavam nas fazendas e possuíam infraestrutura mínima, passaram a conviver e viver na marginalidade. Com a demarcação das terras indígenas surgiram grandes problemas ambientais, como desmatamento, derrubando e desmistificando os argumentos impostos pelo movimento ambientalista.

Outra discussão levantada é referente às tribos rivais que foram obrigadas a conviver dentro de um território contínuo (os índios solicitaram uma demarcação não contínua), existindo grandes conflitos entre eles. Não tendo a quem recorrer, já que há discordâncias entre os indígenas e a FUNAI, eles são obrigados a aceitar a situação em que estão. Isto prega a briga entre os mesmos, com a possível situação de guerra e extermínio entre eles, fato já ocorrido no seu passado. Nesse sentido, vemos que há uma falácia no que Santilli argumentou em sua obra.

Marina Silva

Um dos maiores nomes do ambientalismo brasileiro na atualidade é o da ex-ministra e ex-senadora do Acre, Marina Silva. Utilizando um rótulo social, atrelado à sua história de vida e proximidade com os seringueiros e populações tradicionais, conseguiu chegar ao Ministério do Meio Ambiente, reforçando no Brasil o ideal

ambientalista. Faz alusões à figura de Chico Mendes, líder seringueiro que teve sua imagem usada e explorada pelo ambientalismo mundial.

Santilli (2005, p. 32) coloca o papel de Marina Silva no início do socioambientalismo no Brasil, tendo sempre a visão preservacionista e conservacionista como argumento para todos os problemas sociais existentes no nosso país.

“O modelo predatório de exploração de recursos naturais colocava em risco a sobrevivência física e cultural das populações tradicionais da Amazônia – especialmente índios e seringueiros, liderados por Chico Mendes, seringueiro e militante sindical, fundador do Conselho Nacional dos Seringueiros. Outra liderança socioambiental que emergiu da luta pela criação das reservas extrativistas foi a atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Nasceu, então, uma aliança entre os povos da floresta – índios, seringueiros, castanheiros e outras populações tradicionais, que têm o seu modo de vida tradicional ameaçado pela ocupação desordenada e predatória da Amazônia – e os ambientalistas, que passaram a apoiar a luta política e social dos povos tradicionais, que vivem especialmente do extrativismo de baixo impacto predatória, uma possível via de valorização econômica da Amazônia, e passou a ser exaltado como alternativa ao impacto ambiental devastador provocado pelos projetos desenvolvimentistas”.

Com a passagem de Santilli (2005), podemos notar como está relacionada a imagem da ex-ministra a de Chico Mendes, já que ambos foram vistos como lideranças pelas populações tradicionais. Contudo, é esse o caminho que o(s) movimento(s) ambientalista(s) e socioambientalista(s) quer que sigamos (da chamada sustentabilidade), exaltando uma luta entre o desenvolvimento e a preservação ambiental, que garantiria uma possível melhora das condições sociais e estruturais dessa população. Vemos, nesse sentido, que Marina nada mais é do que uma força propulsora para engajar e garantir que esse pensamento utópico e anti-nacionalista faça com que grandes elites corporativas e governos estrangeiros ditem as regras dentro do nosso país. Afinal, a Amazônia não é vista como um “Patrimônio Mundial”?

Marina Silva foi uma das pessoas que buscou a criação das chamadas “reservas extrativistas”, onde, segundo ela, os seringueiros poderiam diversificar a produção extrativa, garantir o usufruto comunitário da terra e da floresta e assegurar que cada família pudesse extrair o látex, com área média de 300 hectares (é importante salientar que São Paulo é o maior produtor de borracha do país).

Santilli (2005, p. 33) mostra explicitamente qual o intuito da criação das reservas, não levando em consideração o intuito da manipulação do movimento ambientalista, que tinha a intenção de utilizar os seringueiros como massa de manobra para a intensificação desse pensamento “Verde”.

“A proposta de criação de reservas extrativistas – desenvolvida pelo movimento social dos seringueiros visando promover o casamento entre conservação ambiental e reforma agrária – passou a ser considerada por cientistas e formuladores de políticas públicas como uma via de desenvolvimento sustentável e socialmente equitativo para a Amazônia. Uma ideia-chave da proposta de criação de reservas extrativistas é a titularidade coletiva e compartilhada sobre os direitos de uso dos recursos naturais nelas existentes. Inspiradas no modelo das terras indígenas, as reservas extrativistas se baseiam no conceito de que são bens de domínio da União (de forma que evite a sua venda e lhe dê as garantias de que só gozam os bens públicos) e de que a transferência do usufruto para os moradores da reserva extrativista se faria pelo contrato de concessão de direito real de uso às entidades representativas de moradores da reserva”.

A articulação entre o ambientalismo e as questões sociais concretizam a ida de Marina Silva ao Ministério do Meio Ambiente. Não é a toa que em 26 de agosto à 4 de setembro de 2002 houve a chamada Rio+10 (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e as novas tendências do socioambientalismo brasileiro), em Johannesburgo, que tratou de metas genéricas, como acesso a água tratada, saneamento, recuperação de estoques pesqueiros, gerenciamento de resíduos tóxicos e uso de fontes alternativas de energia. Marina Silva foi uma figura brasileira importante e mencionada durante a reunião, já que sua proximidade com o pensamento sustentável a fez uma “liderança ambiental”.

No ano de 2010, Marina Silva (figura próxima à ONGs ambientalistas estrangeiras, como a WWF – World Wide Fund for Nature) explicitou seu intuito de frear o desenvolvimento do Brasil (como sua forte recusa ao projeto da Usina de Belo Monte), se filiou ao Partido Verde – PV. Utilizou como campanha política o pseudo “Desenvolvimento Sustentável” como plano de governo, indo contra todo o movimento desenvolvimentista estruturado para a construção de obras que poderiam auxiliar na crise energética posta, bem como problemas oriundos do transporte.

Em 2014, Marina se torna candidata da coligação entre a *Rede Sustentabilidade* e o PSB (Partido Socialista Brasileiro), após a morte de Eduardo Campos. Utilizando o mesmo projeto voltado ao pensamento ambientalista, Marina chegou a ficar em primeira colocada em pesquisas presidenciais, mas a fragilidade de argumentos voltados à preservação e conservação ambiental fez com que houvesse uma queda nas intenções de votos, o que mostra que o povo brasileiro já se apresenta farto da sandice ambiental.

Estando Marina Silva vinculada ao movimento ambientalista, pregando sempre uma imagem preservacionista e “sustentável”, seria óbvio ser alvo de um ataque ao movimento tão vangloriado pela candidata. Contudo, nenhum dos candidatos abordou a principal manchete de jornal da época: o vínculo de Fábio Vaz de Lima (marido de Marina) com desmatamentos ilegais de árvores e processo de improbidade. Por que esses temas não foram levantados no debate, com o intuito de quebrar o plano de governo de Marina e jogar os casos de improbidade que manchavam a imagem de sua família? A resposta é simples: todos ali estavam ligados numa trama chamada “Movimento Ambientalista”, que dita as regras no nosso país. Poucas foram também as notícias veiculadas na época sobre o envolvimento do Banco Itaú e da família Setúbal. Eles buscavam ter o controle do Banco Central do Brasil, tornando-o em uma espécie de Banco Central do modelo estadunidense da Federal Reserve.

4. A Constituição Federal e o ambientalismo

O movimento ambientalista veio se desenvolvendo durante a história, sobretudo na segunda metade do século XX, mais propriamente após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil o ambientalismo ganhou força com o fim da Ditadura Militar. Não é de causar estranheza que a nossa Constituição Federal tenha um capítulo totalmente destinado à discussão sobre a questão ambiental.

No Artigo 225 da CF de 1988 já fica explícito o papel do governo:

“Art 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”

Fazendo uma análise do artigo citado anteriormente é possível perceber a ideia do chamado “Desenvolvimento Sustentável”, onde deveríamos de todas as maneiras conservar e preservar o meio ambiente, com a finalidade das gerações futuras terem acesso. Contudo, a Constituição Federal não dá conta de expor as formas de fazê-lo, não cerceando ou limitando o desenvolvimento do nosso país. Nesse sentido, estamos atados à leis que podem vir a surgir, mesmo aquelas que suprimirão o nosso direito constitucional de ir e vir (como as leis de emissão de gases estufa).

O parágrafo 1º, parte II, diz que devemos “preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético”. Mas a questão é: como cumprir o estipulado pela CF sendo que o próprio governo instala ONGs internacionais que fazem esse tráfico de material genético, bem como da fauna e flora? Grandes instalações são criadas dentro da Amazônia em áreas que são protegidas, por exemplo, contradizendo tudo o que foi proposto pelos próprios ambientalistas. Isso abriu as portas para o novo painel da ONU, o IPBes (*Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*), fundado em 2010.

No mesmo parágrafo, na parte III, a CF mostra a necessidade da criação de *áreas de preservação ambiental em nível nacional*:

“Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”.

Essas áreas em questão são Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Ambiental, Florestas Nacionais, dentre outros (já existe um “plano de outorga”, ou seja, o capital estrangeiro poderá utilizar essas florestas). Essas pseudo-áreas de conservação são vistas como reservas de recursos naturais que poderão ser utilizadas por gerações futuras (as nossas ou das elites corporativistas?). Essas áreas já são exploradas, mesmo que essa exploração não seja explícita. Podemos ver facilmente crateras de grandes empresas de mineração em locais cercados com grande quantidade de árvores, contradizendo o proposto pela CF.

A parte IV da CF foca na questão do licenciamento para a instalação de obras ou atividade que possa causar impacto ambiental, sendo necessário um estudo prévio sobre os possíveis impactos. Cria-se, nesse sentido, um novo mercado voltado para avaliar e licenciar grandes empreendimentos ou atividades causadoras de impactos, gerando um ecocapitalismo.

O controle de produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente é retratado na parte V da Constituição Federal. Podemos notar que já nessa parte algumas técnicas e substâncias são vistas como maléficas ao Meio Ambiente, sendo proibidas de serem comercializadas. Podemos utilizar os gases CFC como exemplo de substâncias proibidas, bem como os DDT (substâncias de valor menor, mas proibidas por gerar um suposto impacto ambiental).

A “educação ambiental” é citada na parte VI do capítulo voltado ao Meio Ambiente da CF. Segundo a lei, deve-se promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Se buscássemos uma tradução para essa lei as seguintes palavras seriam adequadas: devemos doutrinar, manipular e forçar a todos a seguir o pensamento ambientalista, utilizando uma lei falha para isso. A educação básica é

completamente voltada às questões ambientais, cabendo ao professor ser o responsável por ensinar o que é adequado.

Na parte VII há uma preocupação com a chamada Fauna e Flora:

“[Devemos] proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.”

Haveriam sanções à quem destruísse o meio ambiente (sanções penais e administrativas), mesmo que recuperassem o que foi perdido. Quem depredasse o meio ambiente teria a obrigatoriedade de recuperá-lo, seguindo as técnicas exigidas.

A Amazônia, Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são denominados patrimônios nacionais (considerados patrimônios mundiais por alguns). Deveriam utilizá-los dentro da “lei”, garantindo a preservação ambiental.

Quanto às usinas nucleares, a CF diz que deveriam ter uma localização definida em lei federal. Sem essa licença não haveria a possibilidade de abri-la.

Podemos notar que todas as questões que tratam o meio ambiente na CF estão relacionadas somente à preservação do meio ambiente. Nesse sentido, podemos perceber que cada vez mais afundados em uma teoria que não tem base científica, fazendo com que a população engula tudo o que vê na mídia e o que é difundido pelas grandes elites corporativistas. Exemplo disso são os gases CFC, que são os “vilões” e responsáveis pelos “buracos” na “camada de ozônio”.

Algo a ser levado em consideração é o fato de que em grande parte da CF é retratada a questão ambiental, mesmo que seja fora do capítulo que lhe foi reservado. O meio ambiente é portanto fator determinante para a lei que rege nosso país, dando um caráter ambientalista à nação, sendo esse pensamento um fator que tenta calar o desenvolvimento científico e tecnológico, que poderiam estar mais avançado.

5. O Clube de Roma

No sítio de internet do Clube de Roma, informam que ele foi criado com por um pequeno grupo de profissionais da área de diplomacia, indústria, academia e sociedade civil. O intuito da criação foi, segundo a fonte, a discussão sobre o consumo de recursos ilimitados num constante de interdependência. Carrasco (2008 p.49) diz que sua fundação em 1968 resultou diretamente das deliberações da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), sendo que seus principais fundadores foram Aurélio Peccei e Dr. Alexander King, o principal reformulador de “reformas educacionais” na OCDE. Ainda segundo o autor, a reunião foi sediada em propriedade da família Rockefeller (família pertencente ao *Establishment* americano), em Bellagio, Itália.

Ainda segundo o sítio, os presentes na reunião deveriam passar o ano seguinte fomentando a ideia proposta pelo Clube, junto com os líderes mundiais e os responsáveis na tomada de decisões aos chamados, mostrando os “temas globais importantes para o futuro”. As ideias eram consideradas “originais” e “novas” e buscavam enfocar nas consequências a longo prazo da constante interdependência global e em utilizar os sistemas de pensamento para compreender o porquê e como é que acontecia isso. É possível, nesse sentido, perceber que a ideia do Clube de Roma era difundir a pseudo-conscientização de problemas não postos e não provados cientificamente, caindo no “achismo” e possibilismo de algo que simplesmente não ocorria (e ainda não ocorre), iniciando um processo de terrorismo psicológico mundial (pensamento esse difundido pelo chamado Instituto Tavistock, baseado no pensamento Freudiano).

Uma das frentes defendidas pelo Clube de Roma é o chamado “Crescimento Zero”. Nesse sentido, o pensamento desenvolvimentista das nações deveria ser deixado em segundo plano para evitar a escassez dos recursos naturais. Carrasco (2008 p.49) diz que:

“Desde a sua fundação, o Clube de Roma tem atuado ativamente como o principal centro de difusão da ideologia malthusiana do ‘crescimento zero’. Em 1972, o Clube publicou o seu primeiro relatório, o célebre Limites do Crescimento, que recebeu

ampla divulgação mundial, sendo publicado em dúzias de idiomas. O relatório, resultante de um estudo baseado num modelo computadorizado elaborado por uma equipe de pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), pretendia demonstrar a impossibilidade de um crescimento econômico permanente devido à ‘escassez de recursos’”.

Dizia o relatório que se nas atuais tendências de crescimento (da época) da população mundial, sendo a industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais continuassem imutáveis, os limites de crescimento do planeta Terra seriam alcançados dentro dos próximos cem anos. A pergunta é: qual de nós, seres humanos com vida limitada, será capaz de tirar a prova desse prazo dado pelo Clube de Roma? O mesmo discurso é feito com o AGA (Aquecimento Global Antrópico), destruição da “camada de ozônio” devido aos CFCs, fim da produção de alimento com os Malthusianos (que não ocorreu) etc. Todos os discursos se repetem, mas nosso planeta é um sistema dinâmico, o que colocou fim às “provas” dos cientistas considerados “gabaritados” pelo movimentos conservacionistas e preservacionistas.

Outro fator deixado de lado nesse “limite” é um programa de computador ser capaz de definir ou prever um futuro. O operador do programa coloca na base de dados algo imutável, surreal e catastrófico e simplesmente aceitamos e acreditamos no que uma máquina mostra (dona da verdade, quase uma divindade), mesmo que esses cenários sejam para 100 anos. Uma ideia neomalthusiana, baseada no ambientalismo, mostra-se cada vez mais presente e essencial para afirmar as ideias que esse movimento prega como verdade absoluta.

O sítio de internet oficial faz uma versão romantizada do chamado “Os Limites para o Crescimento”, dizendo que

“O relatório explorava um número de situações e afirmava que existia a opção para a sociedade de reconciliar o progresso sustentável dentro das limitações ambientais”.

Como conciliar desenvolvimento e preservação quando temos grandes elites corporativistas fazendo parte de quem prega a visão dos “Limites do Crescimento”? Não é coincidência que grandes empresários estão dentro do Clube, mas sempre

essa ideia é passada à população, através de leis estúpidas e nada eficientes, já que as grandes elites estão presentes nessa trama.

Para atender aos objetivos de estender dos Limites do Crescimento, principal tema da agenda global, o relatório foi divulgado em 30 línguas diferentes, sendo vendido mais de 12 milhões de cópias ao redor do mundo, sendo um valor pífio comparado aos 7 bilhões de pessoas presentes no mundo, portanto eram exemplares destinados a um grupo específico de pessoas.. Nesse sentido, segundo o sítio de internet do Clube de Roma, o objetivo de fomentar consciência a longo prazo nos líderes mundiais e nos responsáveis em tomar decisões relativas à delicada interação entre o desenvolvimento econômico humano e a fragilidade do planeta foi cumprido, contribuindo com a criação de Ministérios do Ambiente em vários países. Podemos perceber que a função do Clube de Roma em criar um embrião ambientalista em diversos países do mundo foi um sucesso, especialmente no terceiro mundo. A máquina preservacionista e conservacionista iniciou seu trabalho, criando restrições e leis que impedissem o desenvolvimento das nações que foram tardiamente industrializadas, como no caso do Brasil, e a fomentação do pensamento desenvolvimentista em países pobres, criando um pensamento de novo colonialismo baseado no ambientalismo, como tratado por Carrasco (2005) em Máfia Verde 2 – Ambientalismo: Novo Colonialismo.

Durante a década de 1980 o Clube de Roma continuou desenvolvendo suas ideias, com foco na Sustentabilidade, dando destaque para a interdependência do meio ambiente e economia. Segundo o sítio do Clube, os objetivos foram ampliados.

“O Clube de Roma, ao mesmo tempo, aumentou os objetivos do seu trabalho e ampliou a sua agenda global nas áreas de educação, previdência social e ambiente. Os relatórios do Clube Contemporâneo de Roma como a Microeletrônica e Sociedade, o Futuro dos oceanos ou Certeza Sem limites refletem as preocupações comuns e a complexidade de crescimento e inter-relação dos principais temas globais.”

Os temas tratados pelo Clube são praticamente os mesmos que são levantados atualmente, trabalhando sempre na incerteza e na falta de provas

científicas, fazendo com que haja uma aceitação baseada sempre no medo do futuro (sempre na base dos 100 anos).

A década de 1990 foi de aprofundamento das questões sociais, com o intuito de fazer uma ligação entre o ambiental e o social (embrião do socioambientalismo).

“Mediante o trabalho dos anos oitenta, o Clube de Roma continuou o seu trabalho nos anos noventa se enfocando nos principais temas como a Exclusão Digital entre o norte e o sul, o domínio global e a diversidade cultural. Os relatórios como A Capacidade para Governar e o Fator quatro: duplicando o uso de recursos de riqueza que se encontram reduzidos à metade e Aprendizagem Sem Limites tiveram muita influência no período de procura de soluções. Neste período também surgiram numerosas Associações Nacionais do Clube de Roma nas quais as pessoas interessadas procuravam realizar atividades nacionais seguindo a missão do Clube Internacional: aumentar a participação dentro e fora de todo o Clube.

Apesar de estas atividades, a influência que teve o Clube de Roma no início, começou a diminuir porque passou a se considerar que os temas globais eram resolvidos pela ‘Magia do Mercado’. Outras iniciativas sociais começaram a competir com estas atividades do Clube, enquanto a organização tentava comunicar as suas ideias à comunidade internacional e interessar e procurar a participação das gerações mais novas”.

É importante perceber que o Clube de Roma buscou atrair adeptos não-membros para próximo, tentando sempre utilizar as ‘gerações mais novas’ para implementar o pensamento defendido por ele. O próprio sítio mostra que houve um fracasso, tanto pelo sucesso do que ironicamente foi chamado de ‘Magia do Mercado’ e as atividades sociais que competiam com o que o Clube propunha.

Segundo o sítio de internet do grupo, o século XXI foi de firmação e afirmação do pensamento difundido no século passado. Nesse sentido, ideias como a desigualdade global, consequências da mudança climática e o uso excessivo dos recursos naturais foram capazes de provar que tudo o que o Clube usou como argumento se tornou verdade absoluta (não contestável), revivendo os interesses na

organização. São eles: consumo ilimitado e crescimento perigoso num “planeta com recursos limitados” que não podem ser utilizados para sempre.

Os principais argumentos do Clube é essa mudança de pensamento, sempre usando as “gerações futuras”. Essa manobra é praticada há tempos, como citado por Carrasco (2008 pp. 36, 37 e 38) em *Máfia Verde – O ambientalismo a serviço do Governo Mundial*, mostrando como o Instituto Tavistock foi um dos responsáveis pela Engenharia Social, usando a manipulação do pensamento da grande massa como terreno para a implementação do ambientalismo, sempre pensando num “bem coletivo” como argumento para a fixação dessa ideologia.

“A ‘engenharia social’ pode ser definida como a técnica de moldagem das crenças e padrões de comportamento de um grupo social, para facilitar o seu controle pelos grupos detentores do poder político e econômico. Seu princípio básico é a neutralização da razão que orienta as atitudes individuais e a sua substituição pela irracionalidade coletiva”. Carrasco (2008 p. 36)

Ainda seguindo a lógica, citando William Sargant (*Battle of the Mind: The Mechanics of Indoctrination, Brainwashing and Thought Control*, 1961), Carrasco (2008 pp. 36 e 37) diz que essa ideia de algumas crenças são implantadas através do medo, raiva ou excitação acidentais ou deliberadamente induzidas. O ambientalismo consegue, nesse sentido, introduzir e manipular ideias através de um medo, de uma incerteza sobre o futuro, fazendo um terrorismo psicológico baseado na sustentabilidade.

O sítio do Clube de Roma diz que o número de membros cresceu muito, tendo atualmente mais de 30 institutos associados com mais de 1500 pessoas no mundo. Essas pessoas foram “convertidas” no ideal pregado pelo Clube e fortalecem e fomentam consciência. Há uma trama formada através de institutos e organizações que fomentam a ideia do desenvolvimento sustentável e ambientalismo. Clube de Roma, Instituto Tavistock, Instituto Rockefeller, Earth First, Greenpeace, IUCN (União para Conservação da Natureza ou Internacional Union for Conservation of Nature), WWF (World Wide Fund for Nature) dentre outros, formam uma rede interligada com o intuito de desenvolver o pensamento ambiental. Essa articulação tem o intuito de expandir o pensamento pelo mundo, corrompendo

valores e governos para fixar bases sólidas (e falsas) para expandir suas falácias de pseudo fim dos recursos naturais, o aumento do buraco na camada de ozônio, o desenvolvimento do aquecimento global antrópico, dentre outros.

O intuito do Clube de Roma atualmente está no trabalho com a geração atual, doutrinando desde o período escolar até a fase adulta. A educação ambiental é, portanto, fator essencial para o avanço das propostas do Clube. A população deveria se envolver, mesmo que através de forma truculenta (através de violência física e psicológica) ou até mesmo com leis que somente privilegiam as grandes elites corporativistas, deixando a população mais pobre, como os pequenos agricultores, com áreas restritas e grandes empresas com espaços infundáveis para o cultivo.

6. O papel das ONGs e sua influência nas leis federais

Durante a história do nosso país tivemos grandes influenciadores nas ações e na gestão do território. Os portugueses foram os grandes responsáveis por nortear a forma de governo durante o período colonial, britânicos no período imperial, os estadunidenses no período republicano. Sendo esses países as maiores potências mundiais nos períodos históricos citados, nosso país sofreu com uma dependência econômica, que fez com que seguissemos as diretrizes impostas por eles. Atualmente vivemos um período de novo colonialismo baseado no ambientalismo. Carrasco (2005), em *Máfia Verde 2- Ambientalismo: Novo Colonialismo*, traz um pouco dessa discussão, mostrando o quão algumas ONGs ambientalistas travam o desenvolvimento do país, usando alguns aparatos (como o movimento indigenista) para promover e fixar leis proibitivas. Na apresentação da obra (pp. 5 e 6), o autor cita dois grupos que tentaram proibir a impressão dos seus livros, forçando uma situação coercitiva.

“como nem tudo foram flores no caminho da obra, ela também se viu forçada a atravessar os espinheiros colocados à sua frente pelo ‘alto comando’ do aparato ambientalista-indigenista. Este foi o caso, por exemplo, da frustrada tentativa de apreensão judicial do livro feita pela seção brasileira do Fundo Mundial para a

Natureza (WWF-Brasil), já que movia um processo contra o Movimento Solidariedade Ibero-Americana (MSIa) desde o final do ano anterior. Na ocasião, logo após depoimento de Carrasco no Senado, o WWF-Brasil tinha como presidente o vice-presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, o que fez com que a tentativa de apreensão resultasse na ironia de uma entidade dirigida por um jornalista tentando suprimir a publicação e a própria liberdade de expressão”.

É possível perceber na fala de Carrasco como há uma ligação entre essas organizações e a grande mídia, a responsável por difundir o pensamento ambientalista pelo Brasil e pelo mundo. Alguns líderes de um grupo fazem parte de outro, como o citado Roberto Marinho. Nesse sentido, o movimento ambientalista e o movimento indigenista são vistos como verdade absoluta por aqueles que creem no que a grande mídia passa, ficando o desenvolvimento da ciência em segundo plano.

Segundo Carrasco (2008, p.93), para a implementação do pensamento das ONGs houve a intervenção do chamado Instituto Tavistock, que buscava mostrar que o crescimento deveria ser controlado, usando sempre a questão social para legitimar as ações. Nesse sentido, ele chama de Paradigma S como solução, sendo a soberania do Estado-Nação quebrada para essa fixação.

Mesmo não sendo o tema central do trabalho em tela, é de suma importância destacar o papel das ONGs e quais são as maiores responsáveis pela consolidação do pensamento ambientalista, socioambientalista e preservacionista no Brasil e no mundo. Para tanto, destacaremos algumas mais representativas que mais influenciam nas tomadas de decisões. São elas: Friends of the Earth (Amigos da Terra), Clube de Roma, Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Conservation International, Cultural Survival, Environmental Defense Fund (EDF), Fundação Ford, Fundação Rockefeller, World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza), Greenpeace, Instituto Tavistock de Relações Humanas, PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Survival International e International Union for Conservation of Nature (União Internacional para a Conservação da Natureza).

Friends of the Earth (Amigos da Terra)

A Friends of the Earth (Amigos da Terra) é uma organização internacional fundada em 1969 por Robert O. Anderson. Está ligada ao movimento ambientalista estadunidense, com a celebração do primeiro Dia da Terra, no dia 22 de abril de 1970, financiado e executado pelo *Establishment* anglo-americano. Carrasco (2005, p.98) relata um pouco da importância do investimento de Robert O. Anderson e os objetivos presentes nessa ação.

“O financiamento para o Dia da Terra veio diretamente do cofre de Robert O. Anderson, então presidente da empresa petrolífera Atlantic Richfield e do Instituto Aspen. Paralelamente ao evento, Anderson contribuiu com 200 mil dólares para a fundação da FoE (Friends of the Earth), a primeira de uma série de novas ONGs que seriam criadas com o apoio das elites malthusianas e que viriam a desempenhar um papel fundamental na difusão da ideologia ambientalista.”

No papel, a FoE foi fundada por David Bower, um radical do movimento ambientalista estadunidense, que permaneceu na liderança do grupo por dez anos. Após esse período, Bower ainda fundou a Earth Island Institute, que, segundo Carrasco (2005), possui dois braços principais: Rainforest Action Network e a International Rivers Network que é uma das coordenadoras da campanha contra a hidrovía Paraná-Paraguai, aqui no Brasil.

A sede mundial a FoE é em Londres, de onde controla seus afiliados no mundo. Segundo o sítio de internet da FoE, a organização possui mais de dois milhões de ativistas em 75 países diferentes.

No sítio oficial do grupo, explicitam as verdadeiras intenções dos Amigos da Terra.

“Amigos da Terra esforça-se para um mundo mais saudável e justo. Nós entendemos que os desafios que enfrentam nosso planeta apelam por mais de meias medidas, por isso, avançamos por reformas que são necessárias, não apenas as que são politicamente fáceis. Às vezes, isso envolve falar verdades desconfortáveis ao poder e exigir mais do que as pessoas pensam que é possível. É um trabalho duro, mas as

pressões que enfrentam o nosso planeta e seu povo são muito importantes para nós nos comprometermos”.

É de suma importância compreender como o movimento ambientalista se articula. Carrasco (2005, p.98) mostra que Brice LaLond, fundador da FoE na França e Ministro do Meio Ambiente na época declarou perante a Conferência de Haia, realizada em abril de 1989, que o Brasil deveria renunciar parcelas de sua soberania sobre a Amazônia. Nesse sentido, notamos que começou um processo de uma tentativa de perda de soberania no Estado-Nação, o mesmo que foi proposto e difundido pelo Instituto Tavistock. É interessante notar que um membro que se diz “não governamental” ocupou um cargo governamental, fato que também está ocorrendo no Brasil.

Desde a fundação da FoE, eles recebem dinheiro de fundações filantrópicas estadunidenses, o que mostra as reais intenções do “ambientalismo” difundido pelo grupo.

No Brasil nós temos os Amigos da Terra, vinculado ao FoE. O intuito deles é defender os interesses ambientais, os mesmos que buscam uma quebra da soberania no nosso país. Não é coincidência que criaram também os Amigos da Terra – Amazônia Brasileira em 1989.

“Os AMIGOS DA TERRA - FRIENDS OF THE EARTH BRAZIL - é uma organização não-governamental sem vínculos partidários ou religiosos e sem fins lucrativos. Para isso entendemos que temos que conservar a diversidade biológica no mundo, restaurando os habitats e biomas, assegurando que o uso dos recursos naturais renováveis seja sustentável, promovendo a diminuição da poluição e do consumo desperdiçador e recuperando a nossa qualidade de vida.”

O Clube de Roma

Como consideramos o Clube de Roma um grupo que ampliou a difusão do pensamento ambientalista em nível mundial, destacamos um capítulo do trabalho em tela para expor a importância do grupo para esse ideal. Contudo, o Clube compõe a trama do aparato ambientalista. Nesse sentido, discorreremos de forma sintética assuntos pertinentes à participação dele no ambientalismo atual.

O Clube de Roma é um grupo formado por membros de diversas áreas da áreas que tratam de assuntos vinculados à política, economia internacional e meio ambiente (desenvolvimento sustentável). Parece-nos óbvio que através dos assuntos abordados podemos compreender qual o verdadeiro intuito da abordagem “interdisciplinar” desse grupo e qual a finalidade dos argumentos neomalthusianos colocados pelo Clube. Formado em 1968, o Clube teve como principal fonte de argumento os chamados “limites do crescimento” (argumento neomalthusiano baseado no medo do pseudo-fim dos recursos naturais no mundo). O grupo possui grande influência até a atualidade, com foco nas questões socioambientais (apelo às questões sociais para firmar o pensamento ambientalista e preservacionista nas nações mais pobres e que sofrem com problemas sociais, como o Brasil).

Conselho Mundial de Igrejas

O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) foi fundado no ano de 1937 em um seminário ocorrido na Universidade de Oxford onde estavam presentes grandes nomes do *Establishment* anglo-americano. Lorde Lothian palestrou, segundo Carrasco (2008 p. 103), sobre “a influência demoníaca da soberania nacional”. O grupo é formado pela Igreja Anglicana e outras igrejas protestantes. Mesmo não sendo integrante, a Igreja Católica envia representantes para as reuniões.

O CMI é responsável pelo financiamento internacional dos Direitos Humanos e por movimentos separatistas, como o Exército Zapatista de Libertação Nacional em Chiapas, no México.

Uma das funções do CMI é coordenar as ações dos seguidores da Teologia da Libertação, que propõe, segundo Carrasco (2008 p. 104), igrejas autóctones indígenas (pagãs). Joseph Ratzinger, ex-Papa, cardeal no ano de 1997 e presidente da Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano, denunciou o papel desestabilizador do CMI, que auxiliava os chamados movimentos de subversão.

O Conselho Mundial de Igrejas é um dos maiores responsáveis pela política de desarmamento civil, sendo um dos fundadores da Rede de Ação Internacional de Armas Pequenas (IANSA), criada em Haia, Holanda, em 1999.

No Brasil, o CMI tem grande influência no chamado movimento indigenista. Seu apoio foi essencial para a criação do CEDI e o Conselho Mundial Indigenista (CIMI) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Seu principal aliado para a campanha do desarmamento é o Movimento Viva Rio.

Conservation International

Carrasco (2008 p.105) diz que a Conservation International (CI) é uma dissidência da The Nature Conservancy (TNC). Tem papel ativo na América do Sul e idealizou a criação de um parque natural na região da Cordilheira do Condor, área com conflitos entre Peru e Equador (região com grandes riquezas, já que possui depósitos auríferos e outros minérios).

“Várias mineradoras da comunidade Britânica ou suas junior partners, como a TVX Gold, de Eike Batista, possuem concessões na região”. Carrasco (2008 p. 105).

No Brasil o CI se faz presente no que condiz a conservação dos principais biomas brasileiros. Segundo o sítio oficial do CI Brasil, o grupo está presente na Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Ecossistemas Marinhos. Nesse sentido, temos um grupo internacional que influencia nas principais tomadas de decisões referentes aos nossos principais ecossistemas e, conseqüentemente, são responsáveis pela intervenção nas ações que podem ser fundamentais para o desenvolvimento econômico e social no país. Eles promovem ações de conscientização ambiental, conciliando as agendas ambientalistas através de cronogramas estabelecidos. Foi uma das beneficiárias da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), buscando desenvolver atividades florestais “ambientalmente sustentáveis”, incluindo Amazônia e Cerrado.

No mundo, a CI também tem participação. Segundo o sítio de internet, o grupo tem influência na Amazônia, Grande Região do Mekong, Indonésia, África Subsaariana e Oceano Pacífico.

Carrasco (2008 p.105) mostra a ligação da CI com grupos separatistas e terroristas.

“A CI também está presente na Selva Lacandona, centro operacional dos ‘zapatistas’, guerrilheiros que pregam a separação do riquíssimo estado mexicano de Chiapas. Peter Seligman, então presidente da CI, anunciou em 17 de junho de 1996 que a entidade canalizaria 10 milhões de dólares para a serem aplicados em ‘projetos’ na Selva de Lacandona. O dinheiro foi doado à CI pelo Grupo Pulsar, um consórcio empresarial mexicano baseado em Monterrey, que tem negócios em mais de 100 países, envolvendo serviços financeiros, produtos agrícolas, agrobiotecnologia e laboratórios. O presidente do grupo é Alfonso Romo, um empresário nouveau riche (novos ricos) de Monterrey, de quem se diz que sua fortuna teve origem no tráfico de narcóticos. Ele possui grandes propriedades rurais em Chiapas e, desde o levante dos zapatistas tem afirmado publicamente que ‘não tem problemas’ com o grupo, porque ‘sabe como tratá-los’”.

No trecho destacado anteriormente, é possível perceber como o movimento ambientalista, atrelado à grandes empresas e empresários corporativistas utilizam o ambientalismo como ferramenta para obter benefícios próprios e não como benfeitoria para a humanidade. O caso de Alfonso Romo e dos movimentos separatistas mostram como esse “incentivo” nada mais é do que uma “falsa salvação” com o intuito de desenvolver mais ainda os grandes latifúndios, bem como o narcotráfico.

A CI também tem influência na administração de parques ecológicos no Peru e na Bolívia. Dentre os parques está a região de Camiseta, Peru, onde estão localizadas grandes jazidas de petróleo, as quais a Mobil Oil e Shell têm concessões de para a exploração.

Carrasco (2008, p.106) apresenta um discurso de Russel Mittermeier, ex-presidente da CI, mostrando qual a importância do ambientalismo para a estabilidade geopolítica, bem como a necessidade de preservação das florestas tropicais.

“com o alívio das tensões Leste-Oeste, o mundo entrou em uma era na qual as agendas política e econômica serão modeladas pelo alargamento do fosso entre as regiões temperadas e tropicais. Nesta nova era, a conservação de florestas tropicais não é apenas uma prioridade ambiental mas um marco de estabilidade geopolítica”.

Cultural Survival

A Cultural Survival (CS) foi fundada em 1972 pelo antropólogo David Maybury-Lewis em Cambridge, Massachussets, como filial norte-americana da Sociedade para os Povos Ameaçados, ONG vinculada à casa Real Dinamarquesa. Em apoio aos antropólogos que lutavam pela “carta indigenista” especificada pela oligarquia britânica que, segundo Carrasco (2008 p.106), foi explicitada na Carta de Barbados (1972), patrocinado pelo Conselho Mundial de Igrejas. Os povos deveriam, nesse sentido, ser vistos como “povos colonizados” e que os antropólogos deveriam lutar por sua “libertação”. Portanto, seria necessário lutar por um “povo”, mesmo que fossem inclusos e aceitos pela sociedade brasileira e mundial.

Segundo o sítio oficial do grupo, a fundação da ONG foi a abertura das regiões amazônicas.

“O impulso para a fundação da Survival Cultural surgiu durante a década de 1960 com a “abertura” das regiões amazônicas da América do Sul e outras regiões remotas em outros lugares. Enquanto os governos de todo o mundo procurou extrair recursos de áreas que nunca antes tinha sido desenvolvidos, os efeitos drásticos que esta tendência tinha sobre Povos Indígenas das regiões ressaltou a necessidade urgente de uma parceria com as comunidades indígenas para defender seus direitos humanos. Sobrevivência Cultural foi fundada para ajudar os povos indígenas em suas lutas por direitos humanos, soberania e autonomia.”

São considerados “Defensores Culturais”, que buscam a sobrevivência dos direitos dos povos indígenas e apoia, segundo sítio oficial, a autodeterminação das comunidades indígenas, culturais e a resistência política. Traduzindo: financia movimentos indigenistas corruptos, mesmo que isso desestabilize econômica e socialmente outros ramos da sociedade, como o transporte (o movimento indigenista barra a construção de hidrovias, por exemplo).

Não foi por acaso que escolheram Cambridge como sede, já que a Univerisdade de Harvard também está localizada no mesmo local. Segundo Carrasco (2008 p.206), a universidade é:

“[Harvard] é a sede do chamado Projeto Chiapas, uma das mais antigas iniciativas do Establishment anglo-americano para ‘perfilar’ os povos indígenas de uma dada região, com o objetivo de fomentar o separatismo étnico entre eles. Apenas entre 1957 e 1977, os antropólogos do Projeto Chiapas produziram 27 livros, 21 teses de doutorado, 33 teses universitárias, duas novelas e um filme sobre os indígenas desse Estado do Sul do México (situado na fronteira com a Guatemala, rico em jazidas minerais e onde localiza-se a segunda maior reserva petrolífera do país).”

Podemos notar nas palavras do autor qual a importância dessa ONG para a desestabilização interna de um país, já que esse tipo de pressão interna se faz necessária para satisfazer o verdadeiro intuito desse tipo de organização: o fim do Estado-Nação e a implementação do chamado Governo Mundial, que discutiremos mais adiante no trabalho em tela.

A CS também é uma das financiadoras do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), grupo terrorista que atua na região de Chiapas. Podemos notar, nesse sentido, que há o financiamento desses grupos de “libertação”, mesmo que isso cause danos dentro do país e que esses grupos participem de atos terroristas.

Em 1982 a CS se instalou no Brasil, atuando, principalmente, com os caiapós. David Maybury Lewis foi um dos responsáveis por colocar o cacique Paulinho Paiakan como “estrela internacional” do indigenismo-ambientalismo.

O grupo veio durante os anos cada vez mais se especializando na questão dos Direitos Humanos e advocacia. Segundo o sítio de internet do grupo, querem buscar uma melhora nos direitos dos índios, buscando uma “capacitação” para esse povo. Contudo, essa modernização tiraria o índio da situação primitiva, colocando-os como cidadãos comuns (que contradiz com o que é proposto pelo grupo).

Podemos notar que em todo discurso que é feito pela ONG eles tentam deixar claro que o grupo não possui financiamento. Contudo, ele faz parte do *Establishment*, recebendo verba das grandes oligarquias, não se distinguindo das demais expostas durante a pesquisa.

Environmental Defense Fund

A Environmental Defense Fund (EDF) é uma ONG estadunidense fundada em 1967 com o intuito de uma campanha para o fim do DDT (pesticida comum na década de 1960). Segundo o sítio oficial do grupo, o pesticida era responsável pela quebra e dissolução de ovos de “aves magníficas” (águia-pesqueira, águia e falcão peregrino). Foi a primeira Organização Não-Governamental “jurídica” criada para, segundo Carrasco (2008 p.108), “defender o meio ambiente nos tribunais do país”.

O sítio de internet da EDF mostra que em sua história um pesquisador de Long Island levantou que a população de águias-pescadoras estava diminuindo e a eclosão de ovos tinha grandes concentrações de DDT. Para o grupo, a utilização do inseticida deveria ser proibida. Nesse sentido, um grupo de cientistas entrou com uma ação contra o DDT com auxílio de um advogado. Em 1966 o tribunal proibiu a utilização do DDT. Em 1970 houve um decreto estadual para a não utilização do pesticida. Em 1972 a ação tomou rumos nacionais, colocando a proibição no país inteiro. A EDF deixa claro que a águia-pescadora está sofrendo uma grande recuperação e a águia-careca e o falcão peregrino saíram da lista de espécies ameaçadas. Percebemos que, segundo o grupo, a responsabilidade da redução das espécies seria a concentração de DDT, mas não colocam nenhuma informação de como o pesticida estaria influenciando na redução das espécies.

Na década de 1980 a Environment Defense Fund participou da primeira etapa da investida ambientalista no Brasil e desempenhou um papel importante na transformação de Chico Mendes numa estrela do movimento ambientalista.

Em 1993 o orçamento do grupo foi de 17,4 milhões de dólares. A EDF é mantida por grandes fundações e quem coordena as ações são políticos e altos funcionários do Governo estadunidense, como Paul Nitze (especialista em armas, funcionário do Departamento do Estado e ex-acesor dos governos de Kennedy, Johnson e Nixon, diretor do EDF após o governo de Bush).

Fundação Ford

A Fundação Ford foi fundada em 15 de janeiro de 1936 com cerca de 25 mil dólares de Edsel Ford, filho de Henry Ford (fundador da Ford Motor and Company). Inicialmente o grupo se instalou em Michigan e foi administrado pela família Ford. Para a companhia, os recursos deveriam ser utilizados para “fins científicos, educacionais e de caridade”. Com a morte de Henry (1947) e Edsel (1943) a companhia começou a traçar projetos futuros, tornando-se uma grande instituição filantrópica nacional e internacional.

Na década de 1950 a diretoria da Fundação Ford decidiu que a instituição teria como metas para o mundo:

- Prometer contribuições significativas para a paz mundial e do estabelecimento de uma ordem mundial da lei e da justiça
- Assegurar uma maior fidelidade aos princípios básicos da liberdade e da democracia na solução dos problemas insistentes de uma sociedade em constante mudança
- Avançar o bem-estar econômico das pessoas em todos os lugares e melhorar as instituições econômicas para melhor realização dos objetivos democráticos
- Fortalecer, expandir e melhorar as instalações e métodos de ensino para capacitar os indivíduos a realizar mais plenamente o seu potencial cívico e espiritual intelectual; para promover uma maior igualdade de oportunidades educativas; e para conservar e aumentar o conhecimento e enriquecer a nossa cultura
- Aumentar o conhecimento sobre os fatores que influenciam ou determinam a conduta humana, e estender esse conhecimento para o benefício máximo de indivíduos e da sociedade.

Existe na Fundação Ford uma hierarquia, sendo que os chamados “curadores” cuidam do funcionamento e ordem do grupo. Em 1953 Henry Ford II estabeleceu a

sede do grupo em Nova Iorque. Em 1967 a nova sede foi construída também nesta cidade.

Nessa mesma época, na década de 1950, o grupo se tornou uma das maiores financiadoras do movimento ambientalista no mundo. Carrasco (2008) faz duras críticas à fundação, retratando os principais feitos e influências que o grupo tem em algumas organizações.

“[A Fundação Ford] teve participação decisiva na deflagração da contracultura, principalmente com a ascensão de McGeorge Bundy à sua Presidência, em 1966. Sob sua direção, a Fundação Ford financiou diretamente uma série de organizações da chamada ‘Nova Esquerda’ estadunidense, as quais forneceram muitos dos quadros para as futuras organizações ambientalistas. Em 1977, a fundação doou 400.000 dólares para a fundação do Natural Resources Defense Council. A partir da década de 80, passou a financiar iniciativas ambientalistas no exterior, o que vem fazendo até os dias de hoje”.

Atualmente o grupo é liderado por Darren Walker (ligado à Fundação Rockefeller). Segundo o sítio oficial, o grupo possui influência nos Estados Unidos, América Latina, África e Ásia e seus trabalhos tem como objetivos “continuar a servir o bem-estar público por meio do fortalecimento dos valores democráticos, reduzir a pobreza e injustiça, promover a cooperação internacional e fazer avançar a realização humana”.

É importante salientar como a Fundação Ford se faz presente e, ironicamente, finge enganar a humanidade com suas falácias e “troças”. Uma ONG internacional ligada à montadora Ford e que possui apoio da Família Rockefeller (família ligada ao setor bancário e industrial) está preocupada com os países mais pobres do mundo e busca fortalecer a questão social e ambiental? É obvio que não. O grande problema colocado é que o grupo possui influência nos locais mais pobres e com os governos mais fracos, conseguindo, nesse sentido, colocar suas vontades e questões como algo primordial, mesmo que não seja aceito pela população ou imposto por leis. Em países com governos mais sólidos, como nos casos dos países mais desenvolvidos, a aceitação desse tipo de grupos é fraca e a população coloca suas vontades em primeiro plano, deixando as elites corporativistas vinculadas ao

movimento ambientalista (como a Ford) em situação crítica, não sendo aceitas democraticamente.

Fundação Rockefeller

A Fundação Rockefeller (Rockefeller Foundation) foi criada no ano de 1893 (como antiga entidade) e em 1913 recebeu o nome que possui até hoje. Vinculada à família Rockefeller (uma das mais poderosas e influentes, já que é ligada ao setor industrial e bancário), tenta passar uma imagem, segundo o sítio de internet do grupo, de “promover o bem-estar da humanidade” em escala global. Ou seja, é uma das organizações que compõem o *Establishment* anglo-americano que se utiliza de uma engenharia social para colocar em prática suas vontades, sendo padrão para outros grupos criados posteriormente.

Carrasco (2008 p.109) mostra as primeiras ações do grupo, colocando em primeiro plano a “higiene racial”.

“Já nas primeiras décadas do século XX, envolveu-se ativamente na promoção do movimento eugênico, financiando instituições dedicadas à ‘higiene racial’ em vários países. No pós-guerra, ao mesmo tempo em que apoiava os programas de pesquisa agrícola que resultaram na ‘Revolução Verde’, deu um grande impulso ao movimento de controle de população. Durante a década de 70, juntamente com outras fundações do aparato Rockefeller, foi instrumental para a ‘decolagem’ do movimento ambientalista, tanto nos EUA como em outros países”.

É possível perceber na citação que o grupo utilizou a questão social, manipulou a população e foi responsável pelo início da relação entre o social e ambiental. No sítio de internet do grupo, deixam explícita a utilização das questões sociais e ambientais, fundamentando o que foi estabelecido há anos.

“Hoje, nós levamos a cabo esta missão através de duas metas: promover economias inclusivas que ampliem as oportunidades para a prosperidade mais amplamente compartilhada e construção de resiliência, ajudando as pessoas, comunidades e instituições para preparar, resistir e emergir mais forte dos choques agudos e tensões crônicas. Para atingir estes objetivos, trabalhamos na interseção de quatro

áreas - foco da saúde antecedência, revalorizar ecossistemas, garantir meios de subsistência, e transformar cidades - para resolver as causas profundas dos desafios emergentes e criar uma mudança sistêmica. Junto com seus parceiros e beneficiários, a Fundação Rockefeller se esforça para catalisar e escalar inovações transformadoras, criar parcerias improváveis que abrangem setores, e assumir riscos que outros não podem.”

Ainda no sítio da Fundação Rockefeller, o grupo se vangloria de desenvolver e aplicar verba na questão da saúde. Ela ainda incentiva e financia uma revolução verde na África. Coincidência ou não, a área de influência é muito próxima de outras ONGs do *Establishment*.

“Contamos com a fundação do moderno campo da saúde pública, a erradicação e o desenvolvimento de vacinas para doenças como a febre amarela e a malária, financiando visionário urbano Jane Jacobs, e catalizando uma Revolução Verde como algumas de nossas maiores conquistas do século 20.”

Em 1986 o Instituto iniciou seu próprio Programa Ambiental Global, financiando programas na área de conservação de energia, desenvolvimento sustentável e uso de recursos naturais. Em 1990 foi criado o programa de formação de “lideranças ambientais”, chamado de Lideranças para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – LEAD, que tinha o intuito de “cultivar uma rede de talentosos profissionais de diversas disciplinas e setores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável” (Carrasco, 2008 p.109). No Brasil recebeu o nome de Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL). O primeiro presidente da ABDL foi José Goldemberg, em 1991, que recebeu cerca de 5 milhões de dólares da Fundação Rockefeller, quando ainda era funcionário em RDIDP (Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa) da USP, o que o impediria de ter qualquer atividade remunerada.

World Wide Fund for Nature – WWF

A ONG chamada Fundo Mundial para a Natureza (*World Wide Fund for Nature – WWF*) foi fundada em 1961 por um grupo de pesquisadores (estrategistas e planejadores políticos e econômicos) com o nome de Fundo Mundial para a Vida Selvagem (*World Wildlife Fund*), na Suíça. Junto com a UICN (União para a

Conservação da Natureza), tinha o objetivo de compor o chamado “Estado-Maior” do movimento ambientalista (Carrasco, 2008 p.111).

Os responsáveis pela fundação da WWF são grandes corporações britânicas (como a Shell, ICI, Cadbury e National Westminster Bank), fundações “filantrópicas” (Fundação Ford, Rockefeller, MacArthur) e instituições governamentais (USAID). Seus diretores sempre estão vinculados ao *Establishment* da Europa e América do Norte.

A *World Wildlife Fund* mudou seu nome para *World Wide Fund for Nature* em 1986. O grupo possui escritórios em vários países, inclusive o Brasil. Ao todo, segundo o site de internet oficial, possui 77 sedes, fora a sede mundial. No Brasil, possui cerca de 40 projetos, incluindo a conservação da Amazônia e do Pantanal.

Carrasco (2008 p.111) cita o papel da WWF na Amazônia e no Pantanal, criticando-a pela oposição ao projeto da hidrovía Paraná-Paraguai.

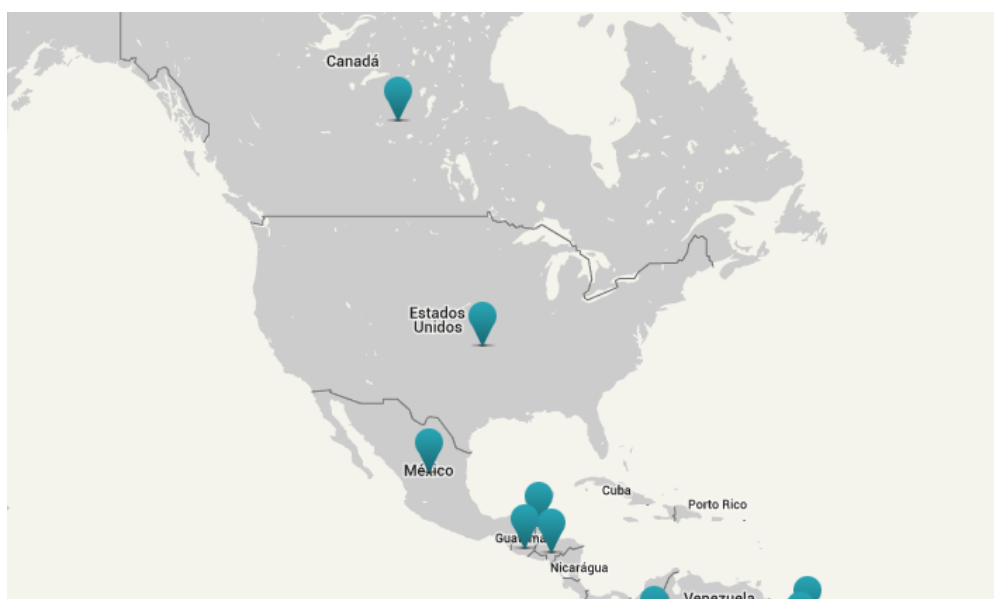
“Desde 1992 o WWF coordena a campanha contra a implementação da hidrovía Paraná-Paraguai, ‘esterilizando’ o Pantanal contra o desenvolvimento econômico que acompanharia a plena operação da hidrovía. Com a obstacularização da hidrovía, o WWF pretende bloquear o seu desdobramento natural, a ligação das bacias do Amazonas e do Prata, que, juntamente com a interligação com a bacia do Orenoco (que já está naturalmente ligada à Bacia Amazônica pelo canal de Cassiquiare), formariam a chamada Grande Hidrovía, com 10 mil quilômetros de extensão, integrando todos os países sul-americanos, exceto Chile”.

“No início de 1998, o WWF e o Greenpeace estabeleceram uma divisão de trabalho no Brasil, segundo a qual o primeiro se concentraria na campanha anti-hidrovía e o segundo, na Amazônia. Para tanto o WWF estabeleceu um escritório em Corumbá (MT) e o Greenpeace, outro em Manaus (AM)”.

Para comparação, destacamos dois mapas do site de internet do grupo. No primeiro mostramos quais as localidades dos escritórios da WWF e no outro as áreas de interesse do grupo. Nesse sentido, é possível perceber que os escritórios estão localizados em “áreas chaves”, aquelas que precisam ser vigiadas de perto pela ONG.



Mapa 6.1 - Área de atuação da WWF no mundo – wwf.org



Mapa 6.2 Área de atuação da WWF na América do Norte a América Central



Mapa 6.3 Área de atuação da WWF na América do Sul



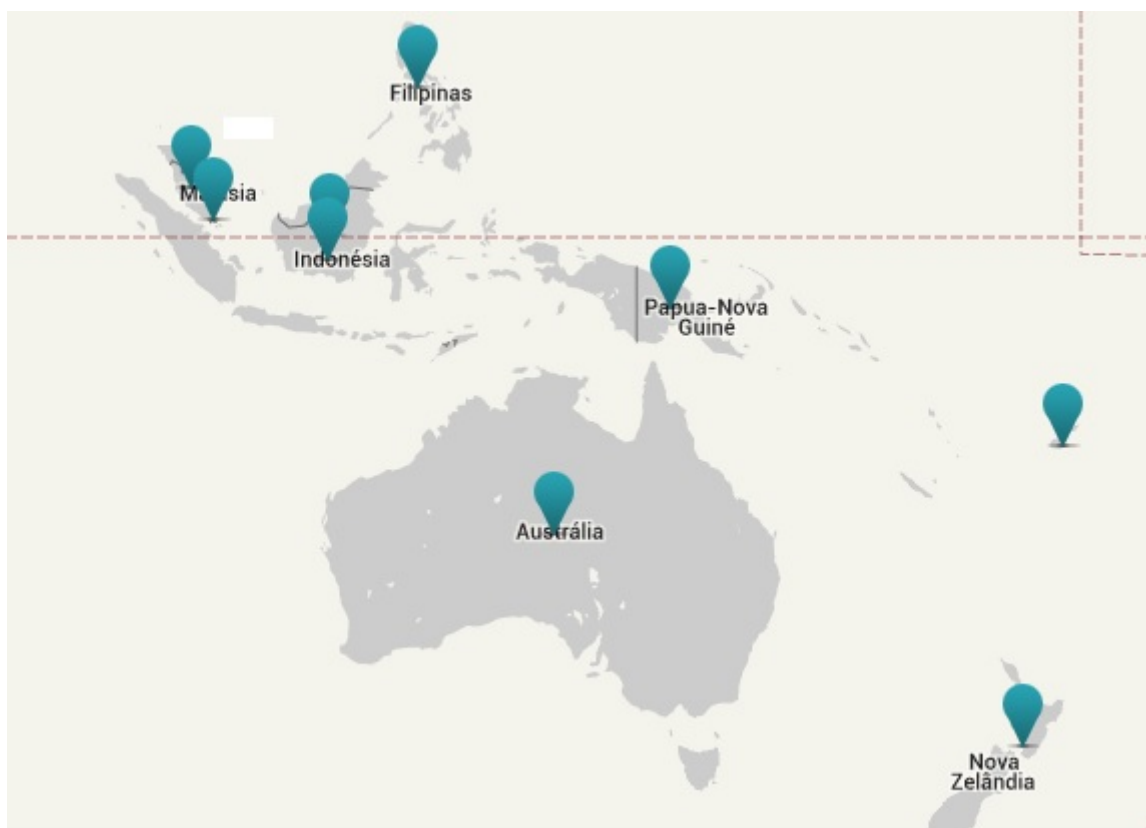
Mapa 6.4 Área de atuação da WWF na Ásia



Mapa 6.5 Área de atuação da WWF na África



Mapa 6.6 Área de atuação da WWF na Europa



Mapa 6.7 Área de atuação da WWF na Oceania



Mapa 6.8 - Principais áreas de interesse da WWF (áreas "especiais") -
<http://assets.panda.org/img/original/wwflayers.gif>

Carrasco (2008 p.111) deixa claro que em 1996 houve um discurso por parte da WWF, dizendo que esse braço da ONG no Brasil seria “autônoma”, com orçamento inicial de 5 milhões de dólares. Igual ao que ocorre no exterior, a WWF-Brasil possui membros do *Establishment*, como o finado José Roberto Marinho (Organizações Globo e ex-presidente da WWF-Brasil), Mario Augusto Frering (CAEMI) e Paulo Nogueira Neto (ex-presidente da SEMA), José Pedro de Oliveira Costa (ex-secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente), Joseph Safra (Banco Safra), Luiz Fernando Levy (Gazeta Mercantil) e Roberto Paulo Cezar de Andrade (BRASCAN).

Para mostrar a influência da WWF, destacamos uma lista de locais onde a WWF possui escritórios, incluindo o escritório mundial. É possível perceber a trama em que o ambientalismo é sustentado. Existem áreas de interesse comum entre as

ONGs internacionais, como no caso brasileiro (Amazônia, por exemplo). Nesse sentido, vemos como esses grupos estão próximos, manipulando e fazendo com que as leis sejam criadas seguindo os desejos e ambições deles.

WWF Internacional

- | | |
|--|--|
| 1. Fundación Vida Silvestre
Argentina | 19.WWF Dinamarca |
| 2. WWF Armênia | 20.WWF Equador |
| 3. WWF Áustria | 21.Escritório WWF Política
Europeia |
| 4. WWF Austrália | 22.WWF Finlândia |
| 5. WWF-Bélgica | 23.WWF França |
| 6. WWF Belize | 24.WWF Alemanha |
| 7. WWF Butão | 25.Grande Mekong |
| 8. WWF Bolívia | 26.WWF Grécia |
| 9. Coração de Bornéu Florestas | 27.WWF Guatemala |
| 10.WWF Brasil | 28.WWF Guianas |
| 11.WWF Bulgária | 29.WWF Honduras |
| 12.WWF Camboja | 30.WWF Hong Kong |
| 13.WWF Canadá | 31.WWF Hungria |
| 14.WWF Cáucaso | 32.WWF-Índia |
| 15.WWF Chile | 33.WWF-Indonésia |
| 16.WWF China | 34.WWF Itália |
| 17.WWF Colômbia | 35.WWF Japão |
| 18.WWF Croácia | 36.WWF Quênia |

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------------|
| 37.WWF Coréia | 58.WWF Senegal e África Ocidental |
| 38.WWF Laos | 59.WWF Sérvia |
| 39.WWF Madagascar | 60.WWF Cingapura |
| 40.WWF Malásia | 61.WWF África do Sul |
| 41.WWF Mediterrâneo PO | 62.WWF Pacífico Sul |
| 42.WWF México | 63.WWF Espanha |
| 43.WWF Mongólia | 64.WWF Suriname |
| 44.WWF Moçambique | 65.WWF Suécia |
| 45.WWF Nepal | 66.WWF Suíça (Suisse) |
| 46.WWF Holanda | 67.WWF Suíça (Schweiz) |
| 47.WWF Nova Zelândia | 68.WWF Tanzânia |
| 48.WWF-Noruega | 69.WWF Tailândia |
| 49.WWF Paquistão | 70.WWF Turquia |
| 50.WWF Papua Nova Guiné | 71.WWF Ucrânia |
| 51.WWF Paraguai | 72.WWF Emirados Árabes Unidos |
| 52.WWF Peru | 73.WWF Reino Unido |
| 53.WWF Filipinas | 74.WWF Estados Unidos |
| 54.WWF Polônia | 75.WWF Vietnã |
| 55.WWF Mediterrâneo (Portugal) | 76.WWF Nigéria |
| 56.WWF România | 77.WWF África Central |
| 57.WWF Rússia | |

Greenpeace

Uma das maiores e, talvez, a mais conhecida ONG internacional no mundo, o Greenpeace foi fundado em 1969 em Vancouver, Canadá, com o nome *Don't Make a Wave Committee* (Comitê Não Faça Ondas), buscando lutar contra testes nucleares nos Estados Unidos. Foi, segundo Carrasco (2008 p.112), um dos projetos mais bem sucedidos do chamado “Clube das Ilhas”, executado por intermédio do WWF e veteranos dos serviços de inteligência britânicos. Os primeiros participantes foram selecionados entre membros do chamado Sierra Club Canadense (organização vinculada ao movimento ambientalista), Weathermen (grupo terrorista estadunidense), Frente de Libertação de Vancouver e grupos hippies maoístas e trotskistas. A família Cadbury, que financiou os Quakers Canadenses Pela Paz, também auxiliou nessa fase. É importante salientar que os Cadbury estão presentes na WWF e Clube 1001.

Em 1971 o Comitê Não Faça Ondas mudou o nome para Greenpeace (essa data é, segundo o sítio de internet do grupo, a data de sua fundação). O primeiro chefe foi Ben Metcalfe. Outra figura importante foi a de Robert Hunter. Chamado de “visionário implacável” e “contador de histórias místico”, Bob (assim chamado pelo grupo) era correspondente ambiental do jornal *The Sun*. Carrasco (2008 p.112) mostra uma entrevista em que Robert deixou claro que houve exageros na propaganda da ONG em questão.

“Não é que tenhamos mentido. Isto nunca é feito na propaganda moderna. Mas pintávamos um quadro muito exagerado sobre os múltiplos perigos que seriam deflagrados... tsunamis, terremotos, nuvens radioativas, dizimação da pesca, bebês deformados. Nunca dissemos que isto aconteceria, mas que poderia acontecer”.

Em 1972 David McTaggart juntou-se à organização, assumindo a liderança do grupo. Colocado pelo grupo como ex-empresário, também é apontado como ligado aos serviços de inteligência.

Em 1977 o grupo começou a receber apoio financeiro explícito da WWF. Nesse sentido, iniciou sua expansão internacional, instalando escritório em Londres e adquirindo o primeiro navio de sua frota (Rainbow Warrior). A Friends of the Earth (Amigos da Terra) foi outra ONG que ajudou o Greenpeace a se consolidar no cenário mundial, fornecendo dinheiro e pessoal para dirigir os primeiros escritórios europeus (Carrasco, 2008 p.113).

A partir de 1978, sob o comando de sir Peter Scott e do príncipe Philip, iniciou-se a luta contra a indústria baleeira (Comissão internacional de Caça à Baleia – IWC), em reuniões em Londres, envolvendo países da Comunidade Britânica de Nações e pequenas nações (que receberam colossais doações financeiras. Esse grupo recebeu enormes aparatos paramilitares, bem como dispunha de propagandas. Essas ações foram contra baleeiros da Islândia, Rússia, Japão e outros países, ramificando-se para investir contra caçadores de focas na Noruega e na Terra Nova (Carrasco, 2008 p.113).

Com o desenvolvimento das ações do Greenpeace, iniciou-se a geração de “subsidiárias” radicais, criando a aparência de não participação do grupo. A *Sea Shepherd Conservation Society* (que também possui escritório em Porto Alegre) é uma delas, a qual também recebia fundos da WWF e da Casa de Windsor. A *Shepherd* é uma das que prestam acessoria para as autoridades estaduais e federais.

Outra ONG ligada ao ambientalismo (e ao ecoterrorismo), que possui vínculos com o Greenpeace, é a Earth First! (Terra Primeiro!). Ela foi fundada nos Estados Unidos em 1979 (Dissidentes do Sierra Club e Winderness Society). É uma das maiores aliadas do Greenpeace, participando de várias ações conjuntas, como a questão da madeira (desmatamento e venda ilegal).

Na década de 1980 David McTaggart se afastou do Greenpeace (continuou a comandar o grupo dos “bastidores”). Lorde Peter Melchett (pesquisador de cannabis e latifundiário) assume o grupo, tornando-se o diretor do escritório londrino. Ele é herdeiro da Imperial Chemical Industries (ICI), corporação do chamado “Clube das Ilhas”.

No ano de 1991 o *Greenpeace* instalou grupos em São Paulo e Rio de Janeiro (posteriormente fechou o escritório no Rio e foi aberto outro em Manaus). Um dos principais alvos, segundo Carrasco (2008 p. 114) foi o programa nuclear brasileiro. Em 1993, iniciou-se a chamada Rede Brasileira Antinuclear, aliança que tinha entre seus membros seções paulistas do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além do físico Goldemberg da USP. A aliança produziu, nos anos seguintes, uma campanha contra a utilização de energia nuclear, entregando um abaixo-assinado à Itamar Franco. Houve também a invasão à Angra-2 em novembro de 1994.

Encabeçado pelo ABEN (Associação Brasileira de Energia Nuclear), houve uma resposta ao radicalismo propagado pelo Greenpeace. Ocorreu o fracasso da ONG com o prosseguimento do programa nuclear brasileiro e com a inauguração de Angra-2, em abril de 2000.

Em 1999 iniciou-se a campanha do grupo contra o desmatamento da Amazônia, ao denunciar a exploração predatória da madeira. Com orçamento superior a 5 milhões de dólares, a campanha incluiu a viagem de três meses do *Amazon Guardian*, navio pertencente ao grupo, durante março e maio de 2000.

A questão dos transgênicos também é discutido pelo grupo (atitude anti-científica). A ONG estabeleceu grande aliança com o PT, com a imagem de Olívio Dutra (ex-governador do Rio Grande do Sul), que apoiava a luta no Estado.

Com o intuito de mostrar essa “parceria”, colocamos uma lista do Greenpeace, assim como fizemos com o WWF. É possível perceber como os lugares se sobrepõem, como no caso do Brasil, África, Índia, Argentina, dentre outros. Essas “metas” traçadas estão relacionadas com zonas de interesse, sobretudo para as elites corporativistas (*Establishment*).

- | | |
|-------------------------|---------------------------------------|
| 1. Greenpeace África | 3. Greenpeace Austrália /
Pacífico |
| 2. Greenpeace Argentina | |

- | | |
|--|------------------------------------|
| 4. Greenpeace Bélgica | 18. Greenpeace Japão |
| 5. Greenpeace Brasil | 19. Greenpeace Luxemburgo |
| 6. Greenpeace Canadá | 20. Greenpeace Mediterrâneo |
| 7. Europa Oriental Greenpeace
Áustria / Central e | 21. Greenpeace México |
| 8. Greenpeace Chile (Pacífico
Sul) | 22. Greenpeace Holanda |
| 9. Greenpeace República
Checa | 23. Greenpeace Nova Zelândia |
| 10. Greenpeace Dinamarca /
Nordic | 24. Greenpeace Noruega /
Nordic |
| 11. Greenpeace da Ásia | 25. Greenpeace Portugal |
| 12. Greenpeace Finlândia /
Nordic | 26. Greenpeace Rússia |
| 13. Greenpeace França | 27. Greenpeace Sudeste Asiático |
| 14. Greenpeace Alemanha | 28. Greenpeace Espanha |
| 15. Greenpeace Grécia | 29. Greenpeace Suécia / Nordic |
| 16. Greenpeace Índia | 30. Greenpeace Suíça |
| 17. Greenpeace Itália | 31. Greenpeace UK |
| | 32. Greenpeace EUA |

Instituto Socioambiental (ISA)

Outra ONG importante para a configuração do ambientalismo no Brasil é o Instituto Socioambiental (ISA). O grupo foi fundado em 22 de abril de 1994, sucedendo o chamado CEDO (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). É atualmente uma das ONGs brasileiras mais ativas, relacionando a questão ambiental com a questão social (sobretudo a questão indígena, barrando o desenvolvimento de projetos hidroviários no país).

Segundo o sítio de internet do grupo, o intuito do ISA é “*propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos*”, sendo considerado desde 2001 uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil e de Interesse Público). Podemos compreender, nesse sentido, que o grupo se utiliza de questões sociais (não garantidas, já que possuímos um governo fraco e corrupto) para chegar nas questões ambientais (zonas de interesse).

Dentre os fundadores do ISA, destaca-se, segundo Carrasco (2008 p. 116) Barbara Bramble (diretora da NWF [*National Wildlife Federation*] e ativista contra o Projeto Polonoroeste e do “Projeto Chico Mendes”), Stephen Schwartzman (ativista do EDF nos anos 80 [*Environmental Defense Fund*] e desenvolveu laços entre ONGs americanas e brasileiras), Willem Pieter Groeneveld (holandês radicado em Rondônia, participou na organização dos seringueiros em nome do capítulo canadense da Cultural Survival, recebeu verba da *Canadian International Development Agency* [CIDA] para atuar na Rio-92, atuou como consultor da embaixada do Canadá no Brasil para observar ONGs que poderiam receber auxílio da CIDA e foi consultor da Brascan), Tony Gross (agente da Oxfam) e Jason Clay (diretor da Cultural Survival e consultor da CIDA).

Um dos maiores nomes para a decolagem do ISA foi de Marcio Santilli (Juliana Santilli, fonte para o trabalho em tela, é membro do ISA). Egresso do CEDI e fundador do NDI, foi Deputado Federal por São Paulo e presidente da FUNAI. Presidiu a Comissão do Índio na Câmara dos Deputados e foi responsável pela coordenação da ação do aparato indigenista, tentando influenciar a Assembleia Constituinte de 1987-88 (buscava criar o conceito de plurinacionalidade, que expõe uma ideia de que um cidadão pode ter duas nações [como no caso indígena], já que possui uma etnia e uma cultura diferente da maior parte da população do país).

Os projetos do ISA recebem apoio (diga-se financeiro) de várias entidades internacionais. Destacam-se: ICCO (Organização Intereclesiástica

para a Cooperação ao Desenvolvimento – Holanda); Fafo (Programa Norueguês para os Povos Indígenas); Comunidade Européia; Fundação Ford; RFN (Rainforest International Norway); Rainforest Foundation International; IZZ (Instituto para a Cooperação ao Desenvolvimento/Campanha Aliança pelo Clima- Áustria).

Sobre a atuação do ISA, o grupo destaca quais as principais linhas de ação da ONG. São elas:

- Defesa dos direitos socioambientais;
- Monitoramento e proposição de alternativas às políticas públicas;
- Pesquisa, difusão, documentação de informações socioambientais;
- Desenvolvimento de modelos participativos de sustentabilidade socioambiental;
- Fortalecimento institucional dos parceiros locais.

A ONG trabalha na questão social, mas com ênfase no Xingu, populações do Rio Negro, povos indígenas do Brasil (numa escala nacional) e o chamado PPDS (Programa de Política e Direito Social) tem como objetivo promover políticas públicas e assegurar a implementação de direitos que garantam um meio ambiente ecologicamente equilibrado e condições dignas de vida para populações indígenas e tradicionais. Atua também no Vale do Ribeira e com monitoramentos de áreas protegidas.

É importante observar os verdadeiros objetivos do ISA. Utilizando a questão socioambiental (social + ambiental), o grupo consegue utilizar das populações tradicionais como massa de manobra com a finalidade de fazer valer as vontades do ambientalismo. As grandes ONGs internacionais (*Establishment* e aparato indigenista e ambientalista) se aliam com o Instituto Socioambiental com a finalidade de “preservação” de áreas, já que futuramente poderão ser explorado pelas grandes elites corporativistas internacionais.

Instituto Tavistock de Relações Humanas

O Instituto Tavistock de Relações Humanas foi fundado em 1920 e está sediado em Londres e possui uma longa história de desenvolvimento de técnicas de manipulação e lavagem cerebral, baseada no pensamento e técnicas Freudianas. Inicialmente conhecida como “Freud Hilton” (em alusão à rede hoteleira), a Clínica Tavistock, posteriormente foi transformada em Instituto. Segundo Carrasco (2008 p. 118), criada e financiada por redes diretamente ligadas à família real britânica e atua como braço de guerra da Casa de Windsor e suas redes oligárquicas. É também uma grande aliada da família Rockefeller.

“Existem poucos registros públicos, mas provavelmente Tavistock foi uma criação da Inteligência Britânica. Alguns pesquisadores afirmam que Sigmund Freud foi o primeiro diretor. Certamente, sua influência era suprema. Inicialmente, eles se especializaram no tratamento de soldados que sofriam de fadiga de combate, o que revelou compreensões sobre o ponto de ruptura da humanidade e se tornou um tópico de pesquisa intensiva.” (Educate-Yourself)

O brigadeiro-general John Rawlings Rees, que se tornou diretor do grupo em 1932, desenvolveu as técnicas da chamada lavagem cerebral (chamado Método Tavistock). Carrasco (2008 p. 118) descreve Rees e mostra sua importância para o grupo.

“Rees foi o primeiro a propor a indução deliberada de formas controladas de comportamento neurótico e, mesmo, psicótico, com o propósito de exercer um controle psicológico de massa sobre a sociedade. Rees não escondia um desprezo aberto pelas minorias, situando-as no que chamava de ‘o décimo psicopatológico’ da população ou ‘os estúpidos’ (dullards); Segundo Rees, ‘Aldous Huxley estava planejando produzir um estrato de homens subnormais que fizessem os trabalhos fastidiosos da sociedade; realmente, não precisamos produzir mais deles, pois já os há e grande número’”.

Nesse sentido, Rees foi um nome importante para o desenvolvimento métodos para a concretização dos objetivos do Instituto Tavistock, incluindo o uso dos meios de comunicação para criar o chamado “ambiente psicologicamente controlado”.

"A elite de Tavistock analisava toda a mídia, incluindo o rádio, música, filmes, revistas, arte popular e a televisão. Em agosto de 1959, Fred Emery, um membro sênior da equipe de Tavistock, escreveu um artigo intitulado Working Hypotheses on the Psychology of Television (Hipóteses Funcionais Sobre a Psicologia da Televisão). Ele declarou: "Os efeitos psicológicos de assistir televisão são de interesse considerável para qualquer engenheiro social". (Educate-Yourself)

Os chamados "engenheiros sociais" do grupo focam principalmente na destruição da família e à psicologia infantil. Para Carrasco (2008 p. 118), o ponto de ataque foi o enfoque na "sexualidade infantil" e seus efeitos sobre o desenvolvimento da personalidade, visando produzir uma população adulta cujo desenvolvimento intelectual e emocional fosse o de crianças neuróticas.

"Todos os Tavistock e técnicas da fundação americana tem um objetivo único -- - quebrar a força psicológica do indivíduo e torná-lo impotente para não se opor aos ditadores da Ordem Mundial. Qualquer técnica que ajuda a quebrar a unidade da família, e a família incutida com princípios da religião, honra, patriotismo e do comportamento sexual, é usada pelos cientistas do Instituto Tavistock como arma de controle da multidão". (Educate-Yourself)

Segundo Carrasco (2008 p. 118), a Segunda Guerra Mundial funcionou como laboratório para os testes do Instituto Tavistock, testando as técnicas sob a égide dos serviços de inteligência anglo-americanos.

"Estes testes tendiam a corroborar as malignas teses de Rees e seus seguidores, segundo as quais grupos de indivíduos, tanto pequenos quanto grandes, sob condições de tensão induzida e controlada, podiam ser induzidos a tornar-se mais infantis e, portanto, renunciariam a crenças firmemente imbuídas, de modo a conformar-se à opinião popular vigente. Esses resultados poderiam ser dirigidos por um controlador ou líder de grupo treinado nos métodos de Tavistock, ou, como agora chamam em escolas estadunidenses, um "facilitador".

Em 1947, com o apoio e financiamento de aliados, a Clínica Tavistock passou a ser chamada de Instituto Tavistock, aumentando as possibilidades de controle de suas operações. Em troca, os grupos de pesquisa recrutavam novos indivíduos para serem treinados no chamado “Método Tavistock”, sendo possível tomar o controle de grandes instituições governamentais, trabalhistas, educacionais e empresariais.

*“Em 1947, com financiamento da Fundação Rockefeller, o Instituto Tavistock das Relações Humanas foi criado como outra agência para a transformação. O interesse principal deles era a Psicologia Aplicada em uma escala global, o que também é chamado de "Operações Psicológicas" ou (Psy-Ops, no jargão militar). Eles estabeleceram centros de pesquisa em universidades e centros de estudos e debates nos EUA e em todo o mundo para analisar métodos de controle mental, incluindo hipnose, radiação eletromagnética, psicoterapia, farmacologia, propaganda, e drogas lícitas e ilícitas — eles trabalhavam com gigantes da indústria farmacêutica, como os laboratórios Sandoz e Eli Lilly. A pesquisa sobre controle mental que estava por trás do programa MK Ultra (também chamado de Programação Monarca) não teve sua origem na CIA. A Inteligência Britânica estava ativamente envolvida antes da criação da CIA e o Instituto Tavistock se tornou a ponte entre as duas agências de Inteligência. Em 1955, Bernays escreveu *The Engineering of Consent* (A Engenharia do Consentimento), que detalhava a campanha de propaganda que levou a um golpe engendrado pelos serviços de Inteligência dos EUA na Guatemala. Esse livro de referência se tornou um manual do Instituto Tavistock para derrubar qualquer governo que não se alinhasse com seu objetivo de longo prazo de criar um governo mundial”. (Educate-Yourself)*

Segundo Carrasco (2008 p. 119), a redução do programa espacial dos Estados Unidos e o planejamento do movimento ambientalista foram os projetos mais atuais do Instituto Tavistock nas últimas décadas.

Sobre a questão da agricultura familiar, destacamos as operações contrárias à esse tipo de produtor, que faz frente à ordem mundial vigente. Juntamente com os Rockefeller, o Instituto Tavistock tenta fazer esse tipo de lavagem cerebral com o intuito do fim desse tipo de produção

“Muitos regimes totalitários encontravam no pequeno agricultor seu maior obstáculo. Uma das operações, mas pouco conhecida do mundo, o diretor da Fundação Rockefeller tem tido suas técnicas para controlar a agricultura mundial. Seu diretor, Kenneth Wernimont, instituído Rockefeller controlado programas agrícolas em todo o México e América Latina. O agricultor independente é uma grande ameaça para a ordem mundial, porque ele produz para si mesmo, e porque a sua produção pode ser convertida em capital, o que lhe dá independência. Na União Soviética, os bolcheviques acreditavam que tinham alcançado o controle total sobre o povo, pois eles estavam desanimados para encontrar os seus planos ameaçados pela independência obstinada dos pequenos agricultores, os kulaks”. (Educate-Yourself)

O sítio de internet do Instituto Tavistock deixa claro quais são as reais intenções do grupo, explicitando que o intuito é sempre trabalhar em prol das organizações, comunidades e sociedade, bem como a influência do meio para a formação do Homem (como já foi mostrado erroneamente pelo determinismo e criticado no passado pela Geografia). Nesse sentido, há uma lavagem cerebral, manipulando a população conforme a vontade do Instituto.

“O TIHR [The Tavistock Institute of Human Relations] é dedicado ao estudo das relações humanas com a finalidade de melhorar a vida profissional e as condições de todos os seres humanos dentro de suas organizações, comunidades e sociedades mais amplas e para a influência do ambiente em todos os seus aspectos sobre a formação ou desenvolvimento do caráter humano ou capacidade; para realizar pesquisas e proporcionar oportunidades de aprendizagem através da experiência para o efeito; publicar os resultados de tal estudo e pesquisa; para treinar estudantes em ou por quaisquer ramos do referido estudo”.

Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente – PNUMA

O Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente (PNUMA) é uma agência das Organização das Nações Unidas (ONU), sediada em Nairobi, que trata das questões ambientais. Ele foi criado em 15 de dezembro de 1972,

após a Conferência de Estocolmo, tendo como objetivo manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento; alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para melhorar a qualidade de vida da população, sem comprometer os recursos e serviços ambientais das gerações futuras, segundo o sítio oficial do grupo. Podemos notar, nesse sentido, o chamado princípio da precaução presente, com o grupo sempre “monitorando” o mundo, colocando os interesses do ambientalismo em primeiro plano.

Carrasco (2008 p. 120) mostra a articulação presente entre esses grandes centros do ambientalismo mundial.

“Juntamente com a UICN e o World Resources Institute, elaborou uma Estratégia Global de Biodiversidade, que inspira os programas ambientais em muitas nações. Seu Centro Mundial de Vigilância da Conservação, baseado em Cambridge, Inglaterra, e apoiado pela UICN e o WWF, funciona como uma coordenação de inteligência para o movimento ambientalista”.

Em 2004, o PNUMA instalou um novo escritório em Brasília, reforçando as ações do grupo no Brasil, tendo como objetivo facilitar a identificação de prioridades e desenvolver iniciativas que atendam especificidades sub-regionais e nacionais, segundo sítio de internet do grupo. Ou seja, buscam conhecer o território com mais especificidade (mesmo tendo grandes aliados já trabalhando no cenário nacional) para controlar, inclusive criando e manipulando leis que podem influir na nação (as Nações Unidas já influíram com o Protocolo de Kyoto, por exemplo).

Segundo o sítio de internet do grupo, entre 2010 e 2011 os principais focos da ONG no Brasil foram as “mudanças climáticas”, a gestão de ecossistemas e biodiversidade, uso de recursos e o consumo e produção sustentáveis e a governança ambiental. O grupo diz ainda que busca contribuir para um diálogo entre os gestores públicos, atores da sociedade civil, do setor privado e acadêmico, abordando os temas:

- Compilação e análise integrada de informações sobre o estado do meio ambiente e os impactos de processos de desenvolvimento sobre os

recursos naturais, com objetivo de produzir subsídios para tomadores de decisão e apoiar a elaboração de políticas ambientais;

- Identificação e desenvolvimento de alternativas para minimizar impactos negativos ao meio ambiente causados por padrões insustentáveis de produção e consumo, enfocando, principalmente, na eficiência de recursos;
- Assistência ao desenvolvimento de capacidade, de conhecimento científico e transferência de tecnologias para fortalecer a implementação de acordos ambientais multilaterais;
- Implementação de ações integradas e de cooperação sul-sul (processo de articulação política e de intercâmbio econômico, científico, tecnológico, cultural entre países em desenvolvimento [países considerados pobres]) entre países em desenvolvimento no âmbito de blocos regionais e sub-regionais;
- Promoção de parcerias para integrar o setor privado em uma nova cultura de responsabilidade ambiental e criação de espaços para a preparação e participação da sociedade civil e setores acadêmicos em projetos de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se como esse discurso do PNUMA sempre está relacionado com um trabalho em parceria com os tomadores de decisão (governo). Sempre os dados “científicos” são elaborados por grupos ambientalistas, não condizendo com uma verdade absoluta (não existe contra-senso).

É importante salientar que uma foto está presente no sítio de internet do grupo, mostrando quais são os reais interesses do PNUMA e das ONGs com caráter ambientalista. Essa foto é uma síntese do que foi exposto no trabalho em tela (figura 6.1).



Figura 6.1: Plantas crescendo em meio ao dinheiro – Uma imagem do que representa a natureza para os grupos ambientalistas

Survival International

A Survival International foi fundada em 1969, com o patrocínio de sir Peter Scott (ex-presidente da WWF). O grupo é um braço da WWF e busca oferecer “ajuda aos povos”. Segundo o sítio de internet da ONG, estavam preocupados com o “genocídio dos índios da Amazônia”. Nesse sentido, buscavam a criação de uma reserva enorme lanomami.

Segundo Carrasco (2008 p. 121), o grupo queria “ajudar os povos indígenas a proteger suas terras, seu meio ambiente, e seu modo de vida”, criando enclaves onde habitam os indígenas com autonomia sobre o solo e subsolo de seus “territórios”, nos quais as nações onde se localizam exerceriam apenas o que denominam “soberania limitada”.

Em 1971 houve uma empreitada de Robin Hanbury-Tenison (ex – presidente da WWF) na América do Sul. Ele apresenta em seu trabalho *Worlds Apart* um mapa, segundo Carrasco (2008 p. 121), onde demonstra uma importância estratégica de seus roteiros, indicada pessoalmente pelo príncipe Philip.

Em 1976 a equipe de Kenneth Taylor e Bruce Albert (antropólogo) foi expulsa do Brasil. Em 1980 Marcus Colchester (antropólogo britânico) propôs a criação de um parque em território venezuelano fronteiro com o Brasil. Em 1985 a OEA (Organização dos Estados Americanos) pressionou o governo brasileiro a criar um parque ianomâmi com o intuito de “preservar sua cultura e costumes”.

Em 1989, a SI levou o líder ianomâmi Davi Kopenawa em uma turnê pela Europa, recebendo cobertura da imprensa em nível mundial.

Segundo o sítio oficial do grupo, eles defendem os índios e seus costumes, mas deixam claro que as alianças mundiais (principalmente com o *Establisment*) é quem auxilia nesse processo.

“Nós ajudamos os povos indígenas a proteger suas vidas, terras e direitos humanos. Opomo-nos às atitudes racistas com as quais os povos indígenas frequentemente são vistos, e tentamos acabar com a maneira ilegal e injusta de como são tratados.

Trabalhamos para mudar as atitudes racistas contra, e falsas crenças sobre, os povos indígenas. Nossa visão é promover uma compreensão e respeito para os povos indígenas e as escolhas que fazem sobre seu futuro.

Nós catalisamos uma aliança crescente de pessoas ao redor do mundo que apoiam os povos indígenas e seus direitos, e a transformamos em ação efetiva”.

É importante compreender o porquê esses grupos tentam controlar esses territórios indígenas. A SI, vinculada com a WWF (ligada ao Greenpeace), busca manter esses grupos indígenas cerceados. Com essa atitude, mantém o controle de todos os recursos naturais presentes nesses territórios, bem como ter em mãos todas as ações jurídicas e governamentais.

O *Establishment* mostra sua face e suas ações são cada vez mais truculentas, já que uma falsa liberdade é confundida com um terrorismo controlador (a paz se faz com ações desejadas pelo poder das ONGs estrangeiras).

União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)

A UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) foi fundada em 1948 por iniciativa de Julian Huxley, Max Nicholson e outros chamados “engenheiros sociais” britânicos. Sua sede é em Gland, Suíça (próximo da WWF) e é, segundo o sítio de internet do grupo, a maior e mais antiga ONG ambientalista do mundo, com mais de 1.200 membros de governo e 11.000 “especialistas voluntários” de 160 países. Possui 45 escritórios e mais de 1.000 funcionários, fazendo parceria com ONGs e setores privados (beneficiados pelas ações da ONG).

Segundo Carrasco (2008 p. 123), a WWF e a UICN dividiam o mesmo prédio, complementando que:

“[a UICN] passa a ser a maior organização ambientalista do mundo, reunindo mais de 100 entidades governamentais e mais de 640 ONGs de 68 países. Sua ata de constituição foi redigida pelo Ministério das Relações Exteriores britânico, por atribuição de Max Nicholson”.

Segundo o sítio de internet do grupo, o trabalho da ONG está centrado na valorização e conservação da natureza, o que garante uma governação eficaz e equitativa. Foca nas soluções baseadas na natureza para os desafios globais no clima, alimentação e desenvolvimento. Nesse sentido, elaborou uma “estratégia global de biodiversidade” junto com o PNUMA e o World Resources Institute, almejando a conservação em várias nações. As ações incluem a preservação e administração de parques nacionais de antigas colônias britânicas.

Dentre os locais de presença da UICN destaca-se:

- África Central e Ocidental
- África Oriental e Austral
- América Central
- América do Sul
- Escritório em Washington DC
- Ásia
- Ásia Ocidental
- Europa, Norte e Ásia Central

- União Europeia
- Oceania
- Mediterrâneo

Carrasco (2008 p. 123) cita o cineasta Kevin Douglas, mostrando um discurso de 1999 sobre a ação da UICN no mundo.

“O movimento administra 10% da área terrestre do planeta [...] o arquipélago verde de parques nacionais, florestas nacionais, monumentos nacionais e outras áreas ocupam mais terra que a Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão, Afeganistão, Irã e Birmânia em conjunto”.

É possível perceber, nesse sentido, que a área de atuação da UICN está atingindo grande parte do território mundial. Com as informações citadas e com os locais de presença da ONG podemos notar que o movimento ambientalista está controlando as principais áreas de reservas de recursos naturais e, conseqüentemente, está usando da população (questões sociais) para atingir o que é ambicionado pelo *Establishment* ambientalista, já que sempre buscam governos fracos de países mais pobres e facilmente corruptivos.

7. O Governo Mundial

Quando pensamos na ideia de um Estado-Nação ou de uma soberania nacional, está claro para nós que cada nação possui autonomia na gestão e no controle das ações dentro do território dos países. Esse direito está vinculado às diretrizes que governantes criaram para seus países, onde as constituições são as leis que regem as nações.

Contudo, atualmente um tema vem ganhando foco na sociedade: o Governo Mundial. Grandes ONGs internacionais, sobretudo as que pregam um controle social (como o Instituto Tavistock), estão interferindo diretamente dentro dos Estados-Nações, fazendo com que a ideia de soberania nacional fique em segundo plano para que em seu lugar entre o chamado Governo Mundial. Nesse sentido, deveriam existir leis internacionais (como as leis

ambientais, já que os recursos naturais não respeitam fronteiras) que fariam a gestão do mundo, levando todos à chamada Escravidão Total.

Estulin (2005, p.7) mostra como se articula o movimento a favor do Governo Mundial durante os últimos anos, dando ênfase aos institutos de controle social, os quais sempre dão “algo positivo” a quem contribua para a fixação desse modelo de governo.

“Durante as ultimas décadas os grandes psicólogos (Freud, Skinner, Jung...) foram utilizados, para os fins do governo mundial, através de institutos como Tavistock, ou Stanford, organismos colaboradores do Clube Bilderberg, embora não saibamos até que ponto foram estes informados dos objetivos de dominação mundial do Clube. As investigações e os ensaios sobre o comportamento humano foram demonstrando que a dominação deste não pode provir do castigo, nem dos reforços negativos, mas sim dos reforços positivos. Os reforços negativos, embora produzam, em certa medida, o comportamento desejado por quem o induz, vão indevidamente acompanhados de sentimentos de raiva, frustração e rebeldia nas pessoas as quais lhes aplica e por isso, esse tipo de técnicas caíram em desuso. Os poderosos têm descoberto que o reforço positivo é a única maneira de provocar nas pessoas, a quem lhes aplica, o comportamento desejado sem ressentimentos, nem rebeldia e de maneira estável.”

Com a atuação desses grupos, apoiados pelo Clube Bildeberg, o Governo Mundial mostra sua face, sendo o indivíduo controlado em todos os aspectos. Para isso, deveríamos abrir mão de um governo, de exércitos, haveria um desarmamento em nível mundial (evitando uma rebelião) e de toda a liberdade individual dos seres humanos (inclusive colocando microchips em suas mãos para controle). Os seres humanos retrocederiam a animais controlados, negando toda sua racionalidade.

Carrasco (2005, p. 10) deixa claro os planos para a instauração do Governo Mundial, mostrando como nosso planeta se tornaria apenas um “planeta-prisão” em favor de um poder ordenador em nível mundial.

“O objetivo final deste pesadelo é um futuro que transformará a Terra em um planeta-prisão mediante um Mercado Único Globalizado, controlado por um

Governo Mundial Único, vigiado por um Exército Unido Mundial, regulado economicamente por um Banco Mundial e habitado por uma população controlada mediante microchips, cujas necessidades vitais se reduziram ao materialismo e a sobrevivência: trabalhar, comprar, procriar, dormir, tudo conectado a um ordenador global que fiscalizará cada um de nossos movimentos“.

A mídia é de suma importância para a aceitação do Governo Mundial. Nesse sentido, é importante salientar a presença de grandes organizações para a implementação dessas ideias na mente da população. Inicialmente o Instituto Tavistock se mostra como um dos responsáveis pela aceitação das propostas desse governo, mas outras grandes organizações estão diretamente ligadas à esse novo modo de pensar. Os Rockefeller possuem grande influência mundial, inclusive nos meios de comunicação, determinando o que deve ou não ser veiculado. Estulin (2005, p. 27), citando Gary Alien, deixa claro em seu trabalho a importância dessas ações.

“A implicação dos Rockefeller nos meios de comunicação é múltipla. Assim se asseguram de que os meios de desinformação de massas nunca falem de seus planos para dominar um futuro governo mundial. Os meios sempre decidem quais são os temas que vão estar na atualidade num determinado país. Por exemplo, às vezes, põem em primeiro plano o tema da pobreza e, outras vezes, fazem-no desaparecer. O mesmo sobre a poluição, os problemas demográficos, a paz, ou o que quer que seja.”

Tendo o Clube Bildeberg (*Establishment* e grandes empresas) interesse pelo governo mundial, Estulin deixa claro em seu trabalho *A verdadeira história do Clube Bildeberg* que essa grande elite quer implementar, mesmo que através da força, esse chamado Governo Mundial. Os locais estratégicos dos países são de interesse para esses grupos, mesmo que os interesses individuais da população mundial ficassem em segundo plano.

Percebemos, portanto, qual a relação entre o Governo Mundial e o ambientalismo. Esse modo de governar, que preza pelo fim das fronteiras e leis dos Estados-Nações, seria uma ferramenta para a exploração e submissão dos povos pelo *Establishment*, relegando o poder de decisão de um verdadeiro

estado democrático. As discussões que temos hoje sobre a apropriação dos recursos naturais ou a qualidade de vida da população seriam substituídas pelo autoritarismo e pelo poder de decisão das grandes elites mundiais.

De certo, sob um Governo Mundial não haveria mais guerras no sentido clássico e todas as revoltas seriam tratadas de forma policial.

8. O Ecocapitalismo e a ISO 14001

O ambientalismo teve uma influência para a consolidação das ações do *Establishment* e das ONGs internacionais em escala mundial. O Brasil, que possui uma grande reserva de recursos naturais, bem como uma grande variedade dessas fontes, é vista com bons olhos pelas grandes elites. Não é de causar estranheza, nesse sentido, que grandes empresas estão presentes no nosso país, sobretudo nas chamadas “áreas foco” dos movimentos preservacionistas e conservacionistas.

Quando colocamos em debate o tema Ecocapitalismo é muito comum ouvirmos assuntos relacionados ao consumismo. Portanto, é nessa óptica que a maioria dos trabalhos ambientalistas seguem, mostrando sempre o consumo como algo negativo, sendo de responsabilidade do indivíduo zelar por algo que é movido pelas grandes elites.

Silva et al. (2012 p. 97) discorre em seu trabalho sobre a questão do consumo, atribuindo a responsabilidade inicial, chamada de “pressões sobre o meio ambiente”, aos países mais ricos do planeta.

“Os impactos dessa dinâmica sobre o meio ambiente são reconhecidos até mesmo por economistas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os quais revelam que o crescimento econômico dos países ditos desenvolvidos tem intensificado as pressões sobre o meio ambiente desde a segunda metade do século 20, com perspectiva de acentuação desta nos próximos 20 anos”

Contudo, na mesma página atribui a culpa desse impacto aos países mais pobres, com ênfase na questão do desperdício. Nesse sentido, a

responsabilidade inicial é dos países mais ricos, mas quem é responsável maior pelos problemas ambientais são os países mais pobres, enfatizando a obsolescência das mercadorias.

“[...] no capitalismo tardio, o desenvolvimento das forças produtivas articula-se, contraditória e dialeticamente, ao “desperdício institucionalizado” como modo privilegiado de acelerar a velocidade de rotação do capital, posto que a ampliação do círculo do consumo no interior da circulação é condição precípua para a realização do valor. Assim, a obsolescência programada das mercadorias expõe uma das faces mais destrutivas do capitalismo contemporâneo”.

Além de mudar o foco de responsabilidade pela gestão dos recursos naturais, bem como um chamado consumo exacerbado, a resolução dos problemas ambientais é atribuída ao indivíduo. Nessa visão, que é a mais utilizada pelo movimento ambientalista, o cidadão comum é quem deve ter a atitude de mudar, inocentando as grandes multinacionais ou o *Establishment*, quem são os mais interessados pelo consumo e pelos recursos naturais em escala mundial.

“Esta realidade vem demonstrar que a propagação do ‘consumo consciente’ – apesar de sua inegável crítica ao consumismo – tem-se revelado ineficaz como estratégia de enfrentamento da perdularidade dos recursos naturais, pois remete esta problemática ao orbe individual, cuja finalidade é promover uma radical mudança de comportamento, cabendo a todos os cidadãos assumirem ‘a sua parte’”.

O movimento ambientalista utiliza os problemas sociais oriundos da falta de estrutura dos países mais pobres para ganhar adeptos. O chamado socioambientalismo, com o auxílio das grandes mídias, é o responsável para esse intermédio. Para Silva et al. (2012 p. 98) a questão ambiental aparece como desdobramento das mais diversas políticas sociais. Nesse sentido, a responsabilidade maior ainda é dos mais pobres, como Silva et al (2012 p. 100) mostra em seu trabalho.

“Para além dos efeitos desastrosos sobre o meio ambiente, o consumismo revela um dos seus traços mais perversos. Além de excessivos, os atuais

níveis de consumo são profundamente desiguais – entre nações e entre classes sociais. De igual maneira, são também assimétricas as responsabilidades pelos males ambientais de nossos dias, cabendo aos pobres assumir os maiores custos. Isso porque, apesar de ser a fração da população mundial que menos consome, está exposta, de modo mais intensivo, às consequências socioambientais oriundas de condições inadequadas de vida, como é o caso das moradias em áreas de risco e da destinação indevida do lixo, por exemplo”.

O Ecocapitalismo ganhou força, sobretudo a partir da década 1992, com a chamada Rio-92 e o Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), com a ideia da sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico, equilíbrio social e a conservação ambiental. Essa ideologia se faz presente em grandes empresas, já que existem “selos ambientais” que dão notoriedade no que tange as responsabilidades sobre o meio ambiente. É comum ver espaços voltados para a questão da sustentabilidade ambiental em sítios de internet das grandes empresas nacionais e internacionais, como Carrefour, Unilever, Boticário, Coca-Cola, Nestlé, Pepsico, Vale do Rio Doce, Votorantim, Amaggi, Cargill, Vivo, Adidas dentre outros.

Contudo, como podemos crer que grandes empresas voltadas ao setor da construção civil, cosméticos e agricultura estão colocando a sustentabilidade ambiental em primeiro plano, deixando os lucros ou o desenvolvimento da empresa em segundo plano? A realidade é que a trama que envolve o ambientalismo acaba envolvendo as grandes elites corporativistas, sempre alimentando suas necessidades e aumentando o lucro obtidos por ela, usando a máscara da sustentabilidade como arma para o desenvolvimento.

Araújo & Silva (2012 pp.130 e 131) faz uma crítica ao PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e à Sustentabilidade, mostrando que tudo foi uma estratégia para o desenvolvimento capitalista, utilizando sempre a questão ambiental como argumento principal.

“[...] os supostos da ecoeficiência tornam-se evidentes, com seu apelo técnico-científico passando a comandar esse tipo de estratégia ambientalista. Trata-se

de apontar os limites do modelo anterior, com o objetivo de tornar mais adequadas as condições para a expansão capitalista por meio da adoção de uma racionalidade técnica voltada à mitigação dos impactos ambientais e riscos à saúde humana oriundos da produção industrial, da agricultura e da urbanização, além de economizar matéria e energia com uma revolução da eficiência [...]É possível identificar, de pronto, uma recusa explícita dos ideólogos da ecoeficiência quanto à realização de uma crítica radical às origens da destrutividade ambiental, fundada na apropriação privada dos recursos naturais planetários e em sua conversão em fatores de produção; antes, passam a afirmar a necessidade de submeter o “ambiente comum” (mares, rios e atmosfera) aos desígnios do mercado. Tudo passa como se a racionalidade mercantil pudesse ser controlada por si mesma, desde que dotada de uma suposta ética social e ambientalmente sustentável.”.

Vemos o Ecocapitalismo não somente como a venda das chamadas mercadorias verdes ou de produtos que “agridam menos ao meio ambiente”, mas sim toda a trama em que o ambientalismo e o capitalismo se juntaram para formar uma rede de mercadorias, incluindo todos os recursos naturais e as “reservas” em que o *Establishment* e as ONGs fazem (a Amazônia é o maior caso brasileiro, já que está sendo incluso até como um “território mundial”).

Seguindo a lógica de certificações, a ISO 14001 surgiu para dar às grandes empresas um selo ambiental. Nessa lógica, as empresas deveriam desenvolver e praticar políticas e metas ambientalmente sustentáveis. Assim, as empresas estariam preocupadas em demonstrar um desempenho ambiental e tomariam para si uma conduta ambiental correta.

O sítio de internet do grupo Templum explicita o real interesse das grandes corporações em obter esses selos, dando ênfase na legislação brasileira.

“As organizações têm agido assim também por conta de uma legislação cada vez mais exigente e pela crescente preocupação expressa pelos clientes, fornecedores, comunidades e acionistas em relação às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável.

A legislação ambiental brasileira é uma das mais completas do mundo, na qual todas as ações e atividades que são consideradas como crimes ambientais podem ser punidas com multas que chegam ao valor de R\$ 50 milhões, seja para pessoas físicas ou jurídicas. Com um sistema de gestão ambiental, a organização estabelece ações sistemáticas de modo a estar sempre em dia com suas obrigações legais de modo a prevenir que a empresa seja autuada.”

É possível notar, nesse sentido, que a grande preocupação das grandes corporações não é a questão ambiental, mas sim os adeptos obtidos pelo movimento ambientalista. A população busca algo sustentável, mesmo que não tenha um conhecimento sobre os motivos das certificações e sobre os fenômenos divulgados amplamente pela mídia (que são pseudocientíficos).

Outra ênfase a ser dada é a multa que pode ser obtida pela ausência de uma certificação, já que ficou estipulada a necessidade de uma padronização em escala nacional. Ou seja, o movimento ambientalista faz com que haja um novo mercado baseado nas certificações ambientais (Teoria da Tríade, onde os três elementos presentes buscam justificar a imposição “desenvolvimento sustentável”, sustentado devido a implementação de mitos e ideais, baseados nas atividades humanas).

9. O Clube Bildeberg

Dentre os grandes poderosos do mundo, existem aqueles que são responsáveis pela difusão de ideias e governo do mundo. Para tanto, esse *Establishment* é o grande controlador das ações das grandes nações em nível mundial. Esse grupo, chamado Clube Bildeberg, possui as pessoas mais influentes do mundo, como presidentes, primeiros ministros, banqueiros, empresários, cientistas, dentre outros. Nesse sentido, não é de causar estranheza o diálogo ocorrido na obra de Estulin (2005 p. 14).

“Você não vai nos vencer. Não é capaz de fazê-lo - sussurrou o segundo tipo. O Clube Bilderberg, senhor Estulin, é um foro privado, no qual participam alguns membros influentes de nossa comunidade empresarial. Também convidamos alguns políticos a que compartilhem conosco suas experiências pessoais e profissionais. Tudo isso fazemos com a esperança de conjuntar as

necessidades dos povos do mundo e a política de altos vãos. De nenhuma maneira tentamos influir nos governos, em sua política ou em sua tomada de decisões.”

Estulin (2005 p. 16) ainda explicita o controle que o grupo possui desde 1954 (data que alguns consideram sua fundação). O grupo possui em sua estrutura grandes nomes, como Tony Blair e Bill Gates.

“Desde 1954, os sócios do Clube Bilderberg representam a elite de todas as nações ocidentais - financeiros, industriais, banqueiros, políticos, líderes de corporações multinacionais, presidentes, primeiros ministros, ministros de Finanças, secretários de estado, representantes do Banco Mundial, da OMC e do FMI; executivos dos meios de comunicação e líderes militares —, um governo na sombra, que se reúne em segredo, para debater e alcançar um consenso sobre a estratégia global. Todos os presidentes americanos, desde Eisenhower, pertenceram ao Clube. Também, Tony Blair, assim como a maioria dos membros principais dos governos ingleses; Lionel Jospin; Romano Prodi, ex-presidente da Comissão Europeia; Mario Monti, comissário europeu da Competência; Pascoal Lamy, comissário de Comércio; Jose Durão Barroso; Alan Greenspan, chefe da Reserva Federal; Hillary Clinton; John Kerry; a assassinada ministra de Assuntos Exteriores da Suécia, Anna Lindh; Melinda e Bill Gates; Henry Kissinger; a dinastia Rothschild; Jean Claude Trichet, o cabeça visível do Banco Central Europeu; James Wolfenson, presidente do Banco Mundial; Javier Solana, secretário geral do Conselho da Comunidade Europeia; o financista George Soros, especulador capaz de fazer cair moedas nacionais em seu proveito; e todas as famílias reais da Europa.”

Sobre a estrutura do Clube, Estulin (2005 p.20) mostra que em cada reunião estão presentes cerca de 130 membros, com predominância de membros europeus, seguidos de americanos e canadenses.

“Cada país envia, normalmente, uma delegação de três representantes: um industrial, um ministro, ou um senador; e um intelectual, ou editor. Países pequenos como a Grécia e Dinamarca dispõem, no máximo, de dois assentos. As conferências reúnem normalmente a um máximo de 130 delegados. Dois terços dos presentes são europeus, o resto procede dos Estados Unidos e Canadá. Os participantes mexicanos pertencem a uma organização irmã

menos poderosa, a Comissão Trilateral. Um terço dos delegados são políticos e os dois terços restantes, representantes da indústria, das finanças, da educação, dos sindicatos e dos meios de comunicação. A maior parte dos delegados fala inglês, embora a segunda língua de trabalho seja o francês”.

Os convites para o Clube são feitos pelo chamado “comitê diretor”, não sendo aceito comprar qualquer convite por uma pessoa influente, mesmo que seja dono de uma empresa multinacional. E a quem chegar o convite, deve seguir um cronograma estipulado, segundo Estulin (2005 p. 18).

“Os convidados devem vir sozinhos, sem esposas, amantes, maridos ou noivos. Os ‘assistentes pessoais’ (quer dizer, guarda-costas fortemente armados, normalmente ex-membros da CIA, do MI6 e do Mossad) não podem assistir às conferências e devem comer em um aposento à parte. Nem sequer o ‘assistente pessoal’ do David Rockefeller pode acompanhá-lo durante o almoço. Fica explicitamente proibido que os convidados concedam entrevistas aos jornalistas”.

A decisão do grupo também pesa para o início ou fim de uma guerra (como no caso da Guerra do Vietnã), bem como quem patrocinará o conflito. Também possuem o poder de controlar a mudança de fronteiras. Possuem o controle dos bancos centrais e tiram proveito disso (decidem quem poderá pegar empréstimos ou não). O lucro é o principal interesse do grupo e o poder é capaz de fazer com que o mundo funcione baseado nas vontades dos membros.

O secretismo é a principal característica do grupo. Estulin (2005 p. 17) deixa claro que os interesses do grupo não estão disponíveis para o entendimento da população mundial, sendo de “interesse exclusivo” do Clube.

“Para onde olhar - governos, grandes negócios, ou qualquer outra instituição que exerça o poder - verá uma constante: o secretismo. As reuniões da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), do G-8, da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Fórum Econômico Mundial, dos bancos centrais, dos ministros da União Europeia e da Comissão Europeia, tem sempre lugar à porta fechada. A única razão que pode existir para isso é que não querem que você, nem eu, saibamos o que trazem entre

as mãos. A já clássica desculpa, “não é do interesse geral”, significa realmente que ‘não lhes interessa’ que o grande público se informe devidamente. Mas, além desses encontros supostamente públicos, existe toda uma rede de cúpulas privadas que desconhecemos por completo”.

Os principais meios de comunicação estão sob o controle dos bildebergers. Podemos destacar que todas as principais redes de televisão americanas estão sob o controle do Clube Bildeberg, sendo que a NBC, CBS, ABC, CNN, FOX e o The New York Times são os maiores exemplos. Nesse sentido, o grupo possui o controle dos principais meios de comunicação dos Estados Unidos e do mundo, utilizando-os como ferramenta para cercear o direito individual. O caso da implantação dos micro-chips nas mãos da população é um dos efeitos da mídia, já que vendem uma ideia de melhoria (cartão de crédito e documentos pessoais estariam inseridos na memória do chip), não percebendo o papel que esse “adereço” pode ter.

“Nosso trabalho é dar às pessoas não o que eles querem, a não ser o que nós decidimos que devem ter”. Dito pelo Richard Salant, ex-presidente da CBS News. Um dos segredos, melhor guardado, é até que ponto um punhado de conglomerados pertencentes ao Clube Bilderberg, como o Council on Foreign Relations, OTAN, Clube de Roma, Comissão Trilateral, maçons, Skull and Bones, Mesa Redonda, Sociedade Milner e a Sociedade Jesuíta-Aristotélica, controlam o fluxo de informação no mundo e determinam o que vemos na televisão, ouvimos no rádio e lemos nos periódicos, revistas, livros e Internet. Ser testemunha da conferência anual do Grupo Bilderberg é entender como os senhores do Novo Mundo se reúnem em segredo e conspiram com a conivência dos meios de comunicação [...]Se fizemos uma busca nos principais meios de comunicação do mundo, não encontraremos nenhuma notícia sobre um grupo que reúne aos mais importantes políticos, empresários e financistas do planeta, para não mencionar informações sobre o início das hostilidades contra o Iraque, nem sequer pela imprensa que assistiu ao encontro Bilderberg de 2002”. Estulin (2006, p. 26)

A família Rockefeller é presente também no grupo. Nesse sentido, não é estranho fazer uma correlação dos interesses dos bildebergers com os do movimento ambientalista, ignorando a questão da soberania nacional e o início do chamado Governo Mundial citado anteriormente no trabalho em tela.

Dentre os objetivos do Clube de Bildeberg, Estulin (2005, pp. 30, 31 e 32) cita:

- Um só governo planetário com um único mercado globalizado, com um só exército e uma única moeda regulada por um Banco Mundial;
- Uma Igreja universal que canalizará às pessoas para os desejos da Nova Ordem Mundial. O resto das religiões serão destruídas;
- Serviços internacionais que completarão a destruição de qualquer identidade nacional através de sua subversão do interior. Só se permitirá que floresçam os valores universais;
- O controle de toda a humanidade através de meios de manipulação mental;
- Uma sociedade pós-industrial de crescimento zero, que acabará com a industrialização e a produção de energia elétrica nuclear (exceto para as indústrias dos ordenadores e serviços);
- O crescimento zero é necessário para destruir os vestígios de prosperidade e dividir a sociedade em proprietários e escravos;
- Cabe incluir nisso o despovoamento das grandes cidades;
- A morte de quatro bilhões de pessoas, às quais Henry Kissinger e David Rockefeller chamam brincando “estômagos imprestáveis” por meio das guerras, da fome e das enfermidades;
- Crises artificiais para manter as pessoas em um perpétuo estado de desequilíbrio físico, mental e emocional;
- Um férreo controle sobre a educação com o propósito de destruí-la;

- O controle da política externa e interna dos Estados Unidos (coisa já conseguida através do Governo do Bush), Canadá (controlada pela Inglaterra) e Europa (através da União Europeia);
- Uma ONU mais poderosa que se converta finalmente em um Governo;
- A expansão do TLCAN (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) por todo o hemisfério ocidental como prelúdio da criação de uma União Americana similar à União Europeia, já em andamento desde março de 2014;
- Uma Corte Internacional de Justiça com um só sistema legal;
- Um estado do bem-estar socialista onde se recompensará aos escravos obedientes e se exterminará aos inconformistas, sempre associados à programas de governo e bolsas.

10.O terrorismo da sustentabilidade e sua influência no valor das mercadorias verdes

Após analisar os dados citados no trabalho em tela, é possível perceber que o movimento ambientalista, encabeçado pelo *Establishment* e amplamente difundido pelas ONGs, faz um terrorismo na população em escala mundial. Nesse sentido, é comum percebermos que a responsabilidade sobre as questões ambientais cai para a população, sobretudo de países pobres, surgindo um terrorismo ambiental baseado no medo do futuro ou do desconhecido.

Quando pensamos no tema “terrorismo” imaginamos homens que portam armas de grupos de extermínio, como a FARC ou o Estado Islâmico, onde a função é levar uma ideologia através do conflito armado. No entanto, a coerção praticada pelos grupos ambientalistas não é armado, mas sim psicológico. O medo do futuro ou o medo de ser responsável por algo ruim é o que faz com que a população aja de acordo com o que prega o movimento ambientalista. Terrorismo é, nesse sentido, não somente a imposição de algo através da

violência física, mas também da violência psicológica sobre o governo ou população, gerando medo ou terror.

Sendo o Homem temeroso sobre o futuro incerto, consome as chamadas mercadorias verdes. Definem-se mercadorias verdes (ou produtos verdes) como aqueles que, comparados com os alternativos, causam menos impactos ambientais (TAMASHIRO, 2012 p.106 apud. OTTMAN, 1994). Tamashiro (2012 p. 103 apud. DIAS, 2007) ainda coloca em seu trabalho outra definição sobre os produtos citados.

“São considerados produtos verdes aqueles que podem ser produzidos com base em bens reciclados; que podem ser reutilizados; que economizam água e energia; com embalagens ambientalmente responsáveis; produtos orgânicos; produtos certificados; entre outros.[...] devem cumprir as mesmas funções dos produtos equivalentes, mas causando o menor dano possível ao meio ambiente ao longo do seu ciclo de vida: desde a produção, consumo até descarte”.

Tamashiro (2012 apud. D'SOUZA et al., 2006) mostra ainda a pseudo-importância dessa rotulagem para o cliente.

“D’Souza et al. (2006) atestam essas afirmações [da definição das mercadorias verdes], consignando que a rotulagem ambiental dos produtos é uma forma de comunicar ao cliente os benefícios e as características específicas de produto que não agredem o meio ambiente. Trata-se de uma informação, fornecida na fase crucial da tomada de decisão, por meio de símbolos ou mensagens ambientais”.

É possível perceber, nesse sentido, a importância da grande mídia para a divulgação desses produtos. Aproveitando-se do medo e da submissão das pessoas, grandes marcas rotulam seus produtos como “ambientalmente sustentável” para uma maior aceitação da população. Nesse sentido, os meios de comunicação são os responsáveis por essa “conscientização” (leia-se manipulação) da população sobre a sua responsabilidade ambiental (isentando as grandes multinacionais ou grandes elites corporativistas). ROMEIRO (2006, p. 110) mostra em seu trabalho a importância dessa mídia para a venda desses produtos.

“A distribuição de um produto intangível tem a mídia como elemento fundamental na disseminação desse produto, sendo que mais de um nível de canal poderá estar envolvido na movimentação das mensagens da fonte (especialista de marketing social) até o destino (adotantes escolhidos como alvo)”.

As ONGs e os grupos internacionais, “benfeitores” do mundo (que atualmente também fazem certificações para alimentos [casos das chamadas “carnes sustentáveis”]), também estão ligados a essa rede das mercadorias verdes. Não é de causar estranheza que esses grupos possuem uma articulação grande e, juntamente com as grandes elites corporativas e o *Establishment*, são responsáveis pela regência do mundo conforme as leis ambientais, já que a resistência a esse tipo de política ainda não é forte no mundo. TAMASHIRO (2012, p.89 apud. TAVARES e IRVING, 2005) mostra em seu trabalho que a trama entre esses grupos, atrelado à ação do poder público, é presente no mundo e o mercado verde é de interesse mútuo entre eles.

“Tavares e Irving (2005) são enfáticos ao afirmarem que ser ecologicamente correto é a nova estratégia de marketing da produção ecológica e incentivam uma extensa rede de atores sociais – em que se incluem, além da mídia, as empresas, o poder público, as ONGs e a sociedade civil – interessada nesse novo mercado: o mercado verde”.

As chamadas mercadorias verdes possuem um valor mais elevado quando comparados com os produtos convencionais. Tendo o pensamento da sustentabilidade fixo na mente, devido a ação dos grupos ambientalistas, ONGs e a grande mídia, a população busca mercadorias que impactam menos o meio ambiente. Nesse sentido, parte da população aceita pagar um valor mais elevado por um produto para se sentir “menos responsável” pelos problemas ambientais. ROMEIRO (2006, p.74) mostra como parte do povo dos Estados Unidos aceita pagar esse valor com a finalidade de preservar o meio ambiente e classifica-os em níveis.

“Nos Estados Unidos, os consumidores ambientalmente mais empenhados, classificados como “verdes verdadeiros”, representam um segmento de quase 25% dos indivíduos de alto nível, instruídos, que aceitam pagar mais ou abrir

mão de certas conveniências a fim de preservar o meio ambiente. No outro lado estão cerca de 35% do público obstinadamente não-ambientalista, identificados como “marrons básicos” e caracterizados mais por inclinações ambientalistas: são de nível inferior. Entre esses dois extremos encontram-se os verdes do dinheiro, os quase verdes e os resmungões”

Podemos perceber a divisão que é feita em níveis no local analisado. Nesse sentido, aqueles que são “mais verdes” estão em um nível superior do que são os “marrons”. Uma divisão que mostra uma tentativa de ludibriar e manipular a população americana, já que ainda há certa resistência para a aceitação desse tipo de mercadorias.

Duas pesquisas de campo foram feitas durante a confecção do trabalho com o intuito de comparação entre os valores de duas mercadorias muito utilizadas pela população brasileira: o açúcar e o papel reciclado. As pesquisas foram feitas entre os dias 21/06/2015 e 23/06/2015

Para pesquisar os valores do açúcar foram escolhidas três redes de supermercado: Extra, Pão de Açúcar e Sonda Supermercados. Pudemos perceber que os valores médios para o açúcar União Refinado de 1 kg foi de R\$ 2,07 e R\$ 3,50 para o açúcar União Orgânico de 1kg. A diferença das médias foi de aproximadamente 41% de uma mercadoria para a outra (Tabela 10.1).

Tabela 10.1 - Valores e valores médios dos produtos nas três redes selecionadas		
	Açúcar União (1kg)	Açúcar União orgânico (1kg)
Sonda supermercados	R\$ 2,07	R\$ 3,29
Extra supermercados	R\$ 2,30	R\$ 3,60
Pão de açúcar	R\$ 1,85	R\$ 3,60
Média	R\$ 2,07	R\$ 3,50

Para obtermos os valores dos papeis reciclados e sulfite A4 fizemos uma pesquisa em quatro redes de papelaria (Kalunga, Americanas e Saraiva) e dois sítios de internet (Gimba e Submarino). A média do valor do Papel reciclado

Chamex A4 (75g) 500 folhas foi de R\$ 24,46 e a média do Papel sulfite Chamex A4 (75g) 500 folhas foi de R\$ 17,92. A diferença entre as médias dos valores foi de 25,74%, o que mostra que o produto reciclado é mais elevado do que o convencional.

Tabela 10.2 - Valores e valores médios dos produtos nas cinco redes selecionadas		
	Papel reciclado Chamex A4 (75g) 500 folhas	Sulfite Chamex A4 (75g) 500 folhas
Kalunga	R\$ 19,30	R\$ 14,90
Gimba	R\$ 19,30	R\$ 14,90
Americanas	R\$ 37,90	R\$ 20,00
Saraiva	R\$ 17,90	R\$ 14,90
Submarino	R\$ 27,90	R\$ 24,90
Média	R\$ 24,46	R\$ 17,92

Portanto, com a estruturação do movimento ambientalista no mundo, que reflete no nosso país, a população aceita comprar as chamadas mercadorias verdes, já que acreditam que essa é uma solução para um pseudo fim do mundo e dos recursos naturais. Mesmo sendo o elo mais fraco nessa estrutura, a responsabilidade dos problemas ambientais e a solução para eles é transmitida ao Homem, já que a Natureza estaria “se rebelando” contra os seres humanos. A mídia é, nesse contexto, a grande responsável por essa transmissão, já que está aliada aos grupos ambientalistas e ao *Establishment* em nível mundial, monopolizando e controlando as ações da sociedade.

11. Conclusão

Durante a história da humanidade, o Homem teve sua existência atrelada à sua ligação com a Natureza e tudo o que poderia usufruir dela. Nesse sentido, pensadores desenvolveram teorias baseadas no fim dos recursos naturais. Malthus (reverendo anglicano) foi responsável por difundir a ideia de um pseudo caos mundial oriundo do fim dos recursos, sendo o Homem o grande agente.

Contudo, o Homem desenvolveu grandes técnicas responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade e não da escassez do que foi prognosticado por

Malthus, colocando a teoria do pensador em um segundo plano. Portanto, o ser humano aplicou os conhecimentos obtidos durante o desenvolvimento das sociedades (técnicas e desenvolvimento da ciência), anulando os cenários malthusianos.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial as teorias de Thomas Malthus voltaram à tona, mas com outra face. Grandes ONGs e grupos internacionais trouxeram e expuseram as ideias malthusianas, argumentando que seria necessária uma reflexão sobre o uso dos recursos naturais e produção de alimentos, já que poderíamos cair numa escassez oriunda do uso excessivo e desnecessário. Essa nova filosofia desenvolveu e promoveu o ambientalismo em nível mundial.

As grandes ONGs e grupos internacionais, como o Greenpeace e o Clube de Roma, possuem em sua estrutura pessoas com influência em nível mundial, como os membros da Casa de Windsor, a família Rockefeller ou presidentes de grandes multinacionais. Essas pessoas utilizam o ambientalismo como ferramenta para a consolidação de ideais próprios (como pudemos notar no caso do chamado Governo Mundial). Nesse sentido, grandes leis são instituídas no mundo e a população é obrigada a aceitá-las.

Muitos podem imaginar que a mídia deveria mostrar o real interesse desses grupos e incentivar a população a ser contrária a essas políticas arbitrárias e autoritárias. Porém, o ambientalismo tem como suporte a “lavagem cerebral” feita para a aceitação desse novo modo de governar, sendo a mídia a grande difusora dos ideais a serem implantados. O Instituto Tavistock é um dos membros do *Establishment* responsáveis por colocar em prática esse plano.

Através do medo implantado por esses grupos, a sociedade começou a buscar novos meios para consumir e “poluir e destruir menos” o meio ambiente. Para tanto, as chamadas mercadorias verdes entraram em cena, bem como as certificações ambientais. Nesse sentido, a população começou a aceitar o que foi imposto pelo *Establishment* e começou a consumir os produtos de empresas que dizem poluir menos, mesmo que não saiba como funciona a

produção de um “consumo mais verde”. Portanto, aceitam pagar mais caro por algo, mas desconhecem se o argumento que usam é real ou não.

A incerteza do futuro, um medo de um horizonte apocalíptico fez com que a população aceitasse o que foi imposto pelas grandes elites corporativistas. Esta incerteza do futuro traz para a nossa sociedade uma imposição de grupos desconhecidos a uma grande maioria, mas que reflete no modo de viver e na liberdade individual de cada um. Exemplo disso foram as inspeções veiculares ocorridas na cidade de São Paulo até o ano de 2014, onde os carros não poderiam emitir particulados e gases poluentes, já que contribuiriam para o pseudo-aquecimento global. Se os veículos automotores não passassem nos testes, o dono deveria arrumá-lo ou comprar um novo.

Tudo indica que não seja uma teoria da conspiração, já que todos os documentos consultados, muito além dessa pesquisa, deixam claras as intenções, corroborando as hipóteses levantadas.

É necessária uma reflexão e um diálogo aberto acerca da influência dos grupos e ONGs ambientalistas no nosso país, bem como sobre a cobertura da mídia em eventos patrocinados pelas elites corporativistas. Somos ainda vistos como “reservas” de recursos e a manutenção dos recursos naturais no nosso país só é significativa para o *Establishment*, já que são o futuro de grandes empresas multinacionais e grandes nações. Somente dialogando poderemos chegar a um patamar onde a nossa soberania e a vontade do povo possa ser maior, quando comparada aos ideais que derrubam a ideia de Estado-Nação e a manipulação em que o ambientalismo envolve a sociedade mundial.

12. Anexo I: Google dissemina velhas mentiras contra presidente do MSla

Tendo em vista que a mídia propaga que umas nossas fontes consultadas é acusada de pertencer à grupos supostamente neofascistas, achou-se necessário explicar este assunto em forma de anexo, utilizando as palavras da própria fonte, em entrevista concedida ao sítio de internet do Movimento de Solidariedade Ibero-Americana (MSla).

Texto publicado em 06 de outubro de 2015 por Geraldo Luís Lino no sítio de internet do MSla, em defesa de Lorenzo Carrasco, presidente do grupo.

Qualquer busca com o buscador Google sobre o nome do jornalista Lorenzo Carrasco, presidente do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSla), se depara, logo nas primeiras entradas, com um velho artigo publicado no sítio do jornal A Nova Democracia, em agosto de 2003, com o insidioso título “Outro grupo fascista do USA se infiltra no Brasil”. De autoria da jornalista Rosana Bond, o texto descreve as atividades da organização do economista estadunidense Lyndon LaRouche, apontado como um fascista de extrema-direita, citando Carrasco e sua esposa, Silvia Palacios, como seus representantes no Brasil. Um recente pedido de Carrasco para a retirada da nota foi ignorado pelo buscador. Por isso, para o devido esclarecimento dos fatos, publicamos uma entrevista com o presidente do MSla.

Uma breve consulta do jornal Nova Democracia demonstra uma linha editorial de defesa do Sendero Luminoso de Peru e seu líder, o assassino Abimael Guzmán, que eles chamam pelo seu apelido, “presidente Gonzalo”, condenado à prisão perpétua por crimes contra a humanidade.

P – Por que o Google insiste em manter como nota relevante uma notícia velha de mais de dez anos, que o vincula a uma organização chamada de neofascista?

R – A matéria em questão afirma que eu e minha esposa Silvia representávamos no Brasil uma organização neofascista dos EUA. Nós fomos

representantes da organização de LaRouche no Brasil, de 1985 a 2003, desenvolvendo um trabalho em torno de duas ideias fundamentais: a defesa dos Estados nacionais soberanos da Ibero-América contra a investida dos poderes oligárquicos anglo-americanos, mobilizados para perpetuar a sua condição de satrapias de uma autêntica estrutura de “governo mundial”; e a integração física e econômica da Ibero-América, principalmente a América do Sul, em que o Brasil desempenha um papel fundamental, principalmente agora, em função da reorganização da ordem de poder mundial que está em curso, com potências como a Rússia e a China se articulando para apresentar uma alternativa cooperativa e não hegemônica ao belicismo encabeçado por Washington e Londres. Para isso, junto com amigos brasileiros, fundamos o Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa), em 1992, para desenvolver essas atividades. Qualquer pessoa que conheça mesmo superficialmente o nosso trabalho sabe e pode atestar que jamais defendemos quaisquer ideias ou propostas de cunho neofascista, antisemita ou assemelhadas, como, aliás, já tivemos a oportunidade de demonstrar em várias ocasiões em que fomos atacados com acusações nessa linha.

O MSIa sempre defendeu os Estados nacionais soberanos da Ibero-América contra a investida dos poderes oligárquicos anglo-americanos, mobilizados para perpetuar a sua condição de satrapias de uma estrutura de “governo mundial”; e a integração física e econômica da Ibero-América, principalmente a América do Sul.

Ironicamente, a matéria foi publicada exatamente quando rompemos com a organização de LaRouche, em agosto de 2003, por motivos políticos internos que não vêm ao caso; mas, de qualquer maneira, rotular LaRouche – e, por extensão, nossas pessoas – como neofascistas é, no mínimo, desinformação ou, no caso da jornalista Rosana Bond, autora da matéria, muito provavelmente, má-fé deliberada, a serviço de um propósito do qual apenas podemos suspeitar, pelas vinculações do jornal A Nova Democracia, do qual ela é uma das dirigentes. Apesar do nome, trata-se de uma publicação que não tem nada a ver com a defesa de qualquer ideia verdadeiramente democrática, mas um veículo de orientação maoísta, que defende propostas que lembram a

sangrenta Revolução Cultural de Mao Tsé-tung, na década de 1960, como se pode perceber com a veemente defesa que fazem do Sendero Luminoso peruano, um dos grupos terroristas mais sangrentos que a América Latina já conheceu.

P – Por que essa organização maoísta teria interesse em atacá-los?

R – Como eu disse antes, qualquer pessoa que conheça o nosso trabalho sabe que acusar-nos de neofascistas é uma grande calúnia. Em realidade, consideramos que a finalidade da matéria, tanto na ocasião em que foi publicada como a sua preservação, mais de dez anos depois, tem o propósito de desprestigiar a divulgação de ideias contrárias aos interesses daqueles poderes oligárquicos internacionais, para os quais grupos como o que publica A Nova Democracia são instrumentos bastante úteis, apesar da aparência de antagonismo ideológico entre uns e outros.

Na verdade, essa cooptação de grupos como esse pela hierarquia do “governo mundial” é bastante antiga, inclusive no Brasil, onde temos exposto e denunciado essa cumplicidade, há anos.

Não por acaso, naquela época, o MSla estava sendo processado pelo WWF, uma das ONGs ambientalistas mais poderosas do mundo, fundada e dirigida por altos membros de famílias da nobreza europeia, as monarquias britânica e holandesa, além de altos dirigentes de grandes empresas e bancos multinacionais. A intenção deles era nos punir pelas nossas denúncias sobre a atuação do movimento ambientalista internacional, que é basicamente um instrumento político contrário ao desenvolvimento de países como o Brasil. Por isso, a matéria de Rosana Bond considerou como uma ofensa o nosso trabalho a respeito, publicado no livro “Máfia Verde: ambientalismo a serviço do governo mundial”, que saiu do prelo durante o processo e contra o qual o WWF chegou a fazer uma tentativa de censurar previamente.

Naquela época, o MSla estava sendo processado pelo WWF, uma das ONGs ambientalistas mais poderosas do mundo... A intenção deles era nos punir pelas nossas denúncias sobre a atuação do movimento ambientalista

internacional, um instrumento político contrário ao desenvolvimento de países como o Brasil... Por isso, consideraram como uma ofensa o nosso trabalho a respeito, publicado no livro “Máfia Verde: ambientalismo a serviço do governo mundial”.

Na época, o presidente da seção brasileira do WWF era o Sr. José Roberto Marinho, filho do velho Roberto Marinho e controlador do jornal O Globo. O motivo alegado para o processo era que, supostamente, o MSla teria caluniado e injuriado o WWF em suas publicações, acusando um dos seus fundadores, o príncipe Bernardo da Holanda, de ter sido membro do Partido Nazista da Alemanha, o que, segundo eles, seria uma falsidade. Por isso, pediam uma polpuda indenização por danos morais, cujo objetivo era de inviabilizar-nos financeiramente. Na nossa defesa, provamos que todas as afirmativas que fizemos contra eles eram informações fidedignas e de domínio público, citadas em numerosas publicações em vários idiomas, inclusive, a informação sobre o passado nazista do príncipe Bernardo, mas o processo percorreu três instâncias do Judiciário e acabou em Brasília, no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Saímos vitoriosos nas três, mas o processo total acabou levando nove anos, dos quais mais da metade em Brasília.

Aliás, não foi a primeira vez que fomos atacados dessa maneira. Em outubro de 1999, outro dos nossos adversários, o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, sr. Jair Krischke, um homem que vivia nos acusando de antissemitismo, encaminhou um dossiê a nosso respeito ao então ministro da Justiça, José Carlos Dias, e de alguma forma, conseguiu que o Jornal do Brasil, que ainda existia em edição impressa, desse grande destaque a isso, no corpo de uma notícia sobre a investigação do assassinato de um juiz federal em Mato Grosso, por narcotraficantes do estado. Curiosamente, dos onze parágrafos da matéria, só dois eram dedicados ao tema principal; os demais, com o subtítulo “Neonazistas”, falavam sobre o dossiê do sr. Krischke referindo-se a “um grupo neonazista e antissemita no Brasil, vinculado à organização LaRouche, dos Estados Unidos”. A reportagem dizia, também, que o ministro iria determinar que a Polícia Federal investigasse as denúncias. Imediatamente, respondemos,

enviando um fax ao ministro, negando as diatribes de Krischke e colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que fossem necessários. Um amigo nosso, o conhecido advogado paulista José Carlos Graça Wagner, infelizmente já falecido, também enviou uma carta pessoal ao ministro, defendendo-nos das acusações. Dias depois, o chefe de gabinete do ministro nos enviou um fax, acusando o recebimento do nosso fax anterior, mas não ouvimos nada mais da parte deles.

Também nos dirigimos ao Jornal do Brasil, exigindo a publicação de uma carta que rebatia ponto por ponto as acusações, que eles acabaram publicando, não sem antes receberem dúzias de faxes e cartas de amigos nossos, inclusive judeus, afirmando que nos conheciam há anos e negavam qualquer veracidade às acusações, algumas das quais foram publicadas na seção de cartas do jornal.

Seguramente, não foi coincidência o fato de que, dias depois da publicação da matéria do JB, a produção do Fantástico da Rede Globo de Televisão, solicitou uma entrevista com os dirigentes do movimento, para uma reportagem sobre grupos neonazistas no Brasil. Apesar de antecipar que não tínhamos qualquer vinculação com o assunto, decidimos dar a entrevista, para evitar qualquer eventual artimanha do gênero “procurada-pela-produção-do-Fantástico-a-direção-do-MSI-a-não-quis-gravar-entrevista”. No dia acertado, acompanhado de um cinegrafista, o repórter André Luiz Azevedo conversou por quase uma hora e meia comigo e com minha esposa Silvia – e, claro, também gravamos a entrevista em cassete. Não sabemos o que houve, mas a reportagem jamais foi ao ar, talvez, porque o verdadeiro tema fosse o próprio MSI e, por não terem encontrado quaisquer evidências de vínculos com o neonazismo, os produtores do programa teriam desistido dela. Evidentemente, tanto na época como hoje, não falta no Brasil material para uma investigação séria sobre o assunto, se o alvo fossem mesmo os grupos neonazistas.

Todos esses fatos dão uma ideia do tipo de antagonismo que o trabalho do MSI tem despertado entre certos grupos radicais, no Brasil e no exterior.

P – Por que demoraram tanto tempo a reagir à matéria da Nova Democracia?

R – Naquele momento, consideramos que ela carecia de relevância, por ser uma publicação de circulação muito restrita e, além disso, como disse antes, estávamos absolutamente concentrados na defesa contra o WWF e não tínhamos qualquer capacidade de enfrentar uma guerra legal em duas frentes. Para dizer a verdade, esperávamos que o tempo apagasse o que consideramos uma informação injuriosa, mas a única razão pela qual ela permanece disponível na Internet é por uma decisão do buscador Google e da própria direção do Nova Democracia.

P – E qual seria o interesse deles em persistir com essa matéria?

R – Evidentemente, não sei as motivações últimas, apesar de poder imaginar. A editora-em-chefe do jornal e autora da matéria, Rosana Bond, e a linha editorial da Nova Democracia mostram uma defesa incondicional das linhas defendidas pelo que resta do movimento maoísta internacional. Uma breve consulta às edições do jornal demonstra uma linha editorial totalmente favorável ao Sendero Luminoso e seu líder, o assassino Abimael Guzmán, que eles chamam pelo seu apelido, “presidente Gonzalo”, condenado à prisão perpétua por crimes contra a humanidade. Crimes que o próprio Abimael Guzmán enquadrava dentro do que ele chamava uma “nova democracia”. Não é uma ironia?

Por sua vez, o Google, apesar das suas origens conhecidas, como várias empresas estrela do Vale do Silício, também tem vínculos notórios com o aparato de inteligência dos EUA, como foi oportunamente revelado pelo ex-analista Edward Snowden e pelo Wikileaks. Quem sabe, assim como se soube que a Agência de Segurança Nacional (NSA) dos EUA tem grampeado eletronicamente as comunicações de órgãos de governo, empresas públicas e privadas e personalidades públicas brasileiras, talvez, o trabalho do MSIs esteja incomodando, a ponto de justificar a continuidade desses ataques contra nós.

P – É sabido que o Sendero Luminoso promovia uma guerra étnica de grupos indígenas contra a civilização cristã no Peru, qualificando o resto da população

de cruéis conquistadores. Isso não tem algum paralelo com o movimento indigenista no Brasil?

R – A pergunta é bastante oportuna. Realmente, o Sendero Luminoso foi criado e promovido por uma rede de antropólogos com fortes vinculações à Universidade Sorbonne de Paris. Foi a mesma fonte na qual bebeu o regime genocida de Pol Pot, no Camboja, que exterminou pelo menos um quinto da população do país, na década de 1970. Eles seguiam uma linha que surgiu de uma reunião antropólogos em Barbados, em 1971, promovida e financiada pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), uma organização diretamente vinculada à cúpula da oligarquia anglo-americana que chamamos o “governo mundial”.

O objetivo do chamado Encontro de Barbados era trocar o sentido da Antropologia, que deixaria de ser uma ciência social para se converter num movimento de libertação social dos povos indígenas contra os Estados soberanos. A consequência dessa assim chamada “antropologia da ação” foi gerar ondas de ódio interétnico dentro das populações nacionais. Dividir para conquistar. Isto que se denominou “etnonacionalismo” passou a ser a base conceitual da criação de redes internacionais de antropólogos, reunidas em ONGs financiadas pela oligarquia anglo-americana e seus apêndices, para investir contra os Estados nacionais e suas instituições, sob o disfarce de uma causa aparentemente nobre, a da proteção dos povos indígenas.

Na verdade, o que se pretende é debilitar os Estados nacionais, para edificar estruturas de “governo mundial” sobre as suas ruínas. Desde que foi fundado, em 1948, o núcleo decisório do CMI é constituído por integrantes da inteligência anglo-americana, que alimentam esse processo desagregador.

No Brasil, as organizações que surgiram diretamente vinculadas a Barbados e ao CMI foram o atual Instituto Socioambiental (ISA) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que estão diretamente envolvidos em operações para promover essa segregação da população do país, fomentando o ódio étnico, especialmente, nas regiões Sul e Centro-Oeste. Por exemplo, o tema dos guarani-caiovás, em Mato Grosso do Sul, tem essas características e seria uma desgraça para o Brasil se esses movimentos passassem a seguir a linha

do Sendero Luminoso, no Peru, que é uma possibilidade que não pode ser descartada, devido ao grau de manipulação da insatisfação de certos grupos indígenas com a sua situação atual. Nesse sentido, é relevante que a jornalista Rosana Bond seja colaboradora do CIMI e defensora do que tem sido chamado a “nação guarani”, sem qualquer respeito às fronteiras nacionais do Brasil e dos países vizinhos onde vivem esses povos, além de ser uma ferrenha defensora do Sendero Luminoso e do psicopata Abimael Guzmán.

13.Referências

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza ; SILVA, M. G. E. . ***Economia Verde: a nova ofensiva ideológica do Ecocapitalismo***. Revista Temporalis, v. 24, p. periodicos.uefs-127-143, 2012.

CARRASCO, Lorenzo. ***Máfia Verde: O Ambientalismo a serviço do Governo Mundial***. 11ª edição. Editora Capax Dei. Rio de Janeiro, 2008.

CARRASCO, Lorenzo. ***Máfia Verde 2: Novo Colonialismo***. 2ª edição. Editora Capax Dei. Rio de Janeiro, 2005

ESTULIN, Daniel. ***A verdadeira história do Clube de Bildeberg***. Editora Planeta, 2005

ONÇA, Daniela de Souza. ***“Quando o sol brilha, eles fogem para a sombra...”***: A ideologia do aquecimento global, 2011

ROMEIRO, M.C. ***Um estudo sobre o comportamento do consumidor ambientalmente favorável: Uma verificação na Região do ABC Paulista***, 2006.

RODRIGUES, G. P. ***Revisão Crítica das regulamentações ambientais à Luz das Supostas Mudanças Climáticas Globais***, 2012

SANTILLI, Juliana. ***Socioambientalismo e novos direitos. Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural***. Editora Peirópolis, 2005

SILVA, M. G.; ARAUJO, N. S. M.; SANTOS, J. S.. **Consumo Consciente: O Ecocapitalismo como ideologia**. *Revista Katálysis (Impresso)*, v. 15, p. 95/ n.1-111, 2012.

TAMASHIRO, Helenita Rodrigues da Silva. **A relação entre conhecimento ecológico, preocupação ecológica, afeto ecológico, normas subjetivas e o comportamento de compras verdes no setor de cosméticos**, 2012.

AMIGOS DA TERRA BRASIL - <http://www.foebr.org/> - Acessado 25/03/2015

CONSERVATION INTERNATIONAL - <http://www.conservation.org/> - Acessado em 03/04/2015

CULTURAL SURVIVAL - <http://www.culturalsurvival.org> – Acessado em 23/04/2015

EDUCATE-YOURSELF.ORG - <http://educate-yourself.org/nwo/nwotavistockbestkeptsecret.shtml>- Acessado em 06/06/2015

ENVIRONMENT DEFENSE FUND (EDF) - <http://www.edf.org/about> - Acessado em 22/04/2015

FRIENDS OF THE EARTH - <http://www.foe.org/>- Acessado em 22/03/2015

FORD FOUNDATION - <http://www.fordfoundation.org/> - Acessado em 22/04/2015

GREENPEACE - <http://www.greenpeace.org/> - Acessado em 07/05/2015

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA) - <http://www.socioambiental.org/> - Acessado em 13/05/2015

International Union for Conservation of Nature - <http://www.iucn.org/> - Acessado em 16/06/2015

NAÇÕES UNIDAS / PNUMA- <http://nacoesunidas.org/agencia/pnuma/> - Acessado em 09/06/2015

ROCKEFELLER FOUNDATION - <http://www.rockefellerfoundation.org/> - Acessado em 23/04/2015

SURVIVAL INTERNATIONAL - <http://www.survivalinternational.org/> - Acessado em 10/06/2015

TEMPLUM CONSULTORIA LIMITADA - <http://certificacaoiso.com.br/iso-14001-legislacao-ambiental-brasileira/> - Acessado em 10/06/2015

THE CLUB OF ROME – www.clubofrome.org – Acessado em 28/02/2015

THE TAVISTOCK INSTITUTE OF HUMAN RELATIONS – www.tavinstitute.org/ - Acessado em 25/05/2015

WWF – World Wide Fund for Nature - <http://wwf.org/> - Acessado em 21/11/2014

WWF Brasil -World Wide Fund for Nature - <http://www.wwf.org.br/> - Acessado em 21/11/2014